



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



JESUÍTAS
Missão transformadora.

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



A Convenção do Clima em Copenhague. Um debate

Carlos Eduardo Young

Crescimento econômico e clima. Um desafio

Washington Novaes

Mudanças climáticas devem
consumir 3% do PIB mundial

Carlos Nobre

Copenhague: oportunidade para
combater o efeito estufa

E mais:

>> **Felix Wilfred:**
Monoteísmo. Uma crítica

>> **Elisabeth Laville:**
Empresas verdes são possíveis?

311

Ano IX
19.10.2009
ISSN 1981-8469

A Convenção do Clima em Copenhague

O mundo tem 40 anos para reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 80% e apenas uma década para atingir metas que correspondam a 20%. O futuro climático do planeta será discutido entre os dias 7 e 18 de dezembro, na reunião de 190 países que participam da Convenção do Clima em Copenhague, capital da Dinamarca. O encontro pretende estabelecer novas metas de emissão de gases e introduzir o debate das florestas através do mecanismo de Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação - REDD.

A **IHU On-Line** desta semana conversou com pesquisadores e dedica esta edição ao debate das mudanças climáticas e às propostas em discussão neste importante encontro.

Contribuem nesta edição **Williams Pinto Marques Ferreira**, meteorologista e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Milho e Sorgo; **João Meirelles**, presidente do Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB e da ONG Peabiru; **Carlos Eduardo Young**, economista e docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; **Paulo Moutinho**, presidente do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - Ipam; **Washington Novaes**, jornalista e ambientalista; **Carlos Nobre**, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE; **Gerald Nelson**, integrante do Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar (IFPRI, na sigla em inglês); e **Jefferson Simões**, glaciólogo e professor da Universidade do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Por sua vez, o teólogo **Felix Wilfred**, docente da Universidade de Madras, em Chennai, na Índia, concede uma instigante entrevista onde reflete sobre os limites do monoteísmo. A entrevista dá continuidade ao debate feito nas duas edições da **IHU On-Line** sobre as Religiões no Mundo. Especificamente, a edição número 309, do dia 18-09-2009, com o título *Sabedoria, mística e tradição: religiões chinesas, indianas e africanas* e a edição número 302, de 03-08-2009, com o título *As religiões da profecia: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo*.

As entrevistas com **Elisabeth Laville**, professora da École des Hautes Études Commerciales, Paris e com **Louis Caruana**, professor de filosofia na Universidade de Londres, completam a edição.

A todos e todas uma boa leitura e uma ótima semana!

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Vanessa Alves (vanessaam@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do sítio: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br) e Juliana Spitaliere. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no sítio www.unisinos.br/ihu. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.

Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Williams Pinto Marques Ferreira: Instabilidade deve marcar mudanças climáticas

PÁGINA 10 | João Meirelles: Desmatamento é consequência. Pecuária bovina é causa

PÁGINA 13 | Carlos Eduardo Young: Crescimento econômico e clima. Um desafio

PÁGINA 18 | Paulo Moutinho: Preservação florestal pode conter aquecimento global

PÁGINA 21 | Washington Novaes: Mudanças climáticas devem consumir 3% do PIB mundial

PÁGINA 25 | Carlos Nobre: Copenhague: oportunidade para combater o efeito estufa

PÁGINA 28 | Gerald Nelson: Mudanças climáticas exigem novas formas de praticar a agricultura

PÁGINA 30 | Jefferson Simões: Mudanças climáticas e os impactos na água potável

B. Destaques da semana

» Teologia Pública

PÁGINA 33 | Felix Wilfred: O monoteísmo como base ideológica para o autoritarismo e a centralização

» Entrevista da Semana

PÁGINA 36 | Louis Caruana: “A complexidade do ser humano permite que a liberdade seja possível”

» Livro da Semana

PÁGINA 39 | Elisabeth Laville: *Empresas verdes* são possíveis?

» Coluna Cepos

PÁGINA 42 | Augusto de Sá Oliveira: Por quem os sinos dobram

» Destaques On-Line

PÁGINA 44 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos »

Perfil

PÁGINA 48 | Ana Luisa Janeira

» Sala de Leitura

» IHU Repórter

PÁGINA 50 | Cláudio Gutierrez



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa



Instabilidade deve marcar mudanças climáticas

O desequilíbrio das mudanças climáticas irá transformar muitas regiões do planeta e inviabilizar práticas agrícolas. Localidades subúmidas poderão se tornar semiáridas, e estas, áridas, alerta o meteorologista Williams Pinto Marques Ferreira

POR PATRÍCIA FACHIN

Uma das principais causas da desigualdade do aquecimento global no planeta é a distribuição desigual dos continentes, disse Williams Pinto Marques Ferreira em entrevista por e-mail à IHU On-Line. Ele explica que “o hemisfério sul apresenta menos porção continental e o maior volume de água dos oceanos, os quais influenciam no volume de vapor d’água atmosférico, e contribuem para uma maior estabilização térmica desse hemisfério”. Segundo ele, as altas latitudes nos hemisférios sul e norte serão as primeiras a ser afetadas “devido à incidência de radiação solar ser desigual ao longo do ano, fazendo com que essas áreas possam se tornar futuramente mais úmidas”. Continuando o raciocínio, ele acentua que as regiões subtropicais serão as últimas a sofrerem as consequências das mudanças do clima. Williams alerta também para o delicado equilíbrio de troca de carbono entre a atmosfera e os oceanos. A mudança química dos oceanos decorrente do aumento da concentração de CO₂ no ar poderá reduzir “a capacidade dos oceanos se comportarem como verdadeiros sumidouros de carbono”.

Na entrevista que segue, o pesquisador falou sobre suas expectativas em relação à Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas - COP 15, a qual será realizada no mês de dezembro, em Copenhague, na Dinamarca. No encontro intergovernamental, menciona, “o Brasil deve insistir para a inserção de mecanismos de incentivo, tais como os incentivos fiscais e financeiros para o uso de tecnologias simples, mas comprovadamente úteis, capazes de contribuir para a redução de emissões de gases de efeito estufa”.

Ferreira possui graduação em Meteorologia pela Universidade Federal do Pará, mestrado em Agronomia e doutorado em Engenharia Agrícola. Trabalhou com ensino universitário no curso de Geografia e, atualmente, é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Milho e Sorgo e credenciado como orientador de mestrado e doutorado nos programas de pós-graduação em Agrometeorologia e Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Alguns locais do planeta tendem a aquecer antes e com mais intensidade que outros? O que caracteriza tanta instabilidade e desigualdade nas mudanças do clima?

Williams Pinto Marques Ferreira - As mudanças climáticas ocorrem de forma desigual, e muitos fatores contribuem para que ocorram tais diferenças, entre eles, podem ser destacadas as características próprias de cada região e sua localização em relação ao continente, distância do Equador etc. Todavia, de maneira bem simplificada, pode-se destacar como uma das

principais causas da desigualdade do aquecimento global no planeta, a distribuição desigual dos continentes. O hemisfério sul apresenta menos porção continental e maior volume de água dos oceanos, os quais influenciam no volume de vapor d’água atmosférico, e contribuem para uma maior estabilização térmica desse hemisfério. De maneira geral, as altas latitudes, em ambos os hemisférios, serão as primeiras a ser afetadas devido, principalmente, à incidência de radiação solar ser desigual ao longo do ano, fazendo com que essas áreas possam se tornar futuramente mais úmidas. As regiões

subtropicais poderão se tornar mais secas, e as regiões tropicais, por serem as mais estáveis, principalmente em termos de temperatura, deverão ser, possivelmente, as últimas a sofrerem consequências das mudanças climáticas.

IHU On-Line - Em outra entrevista à nossa revista, o senhor destacou rapidamente que o derretimento parcial da água, presente no manto de gelo dos continentes gelados, poderia modificar as correntes marítimas e alterar a produtividade biológica, modifican-

do o processo de troca de CO₂ entre os oceanos e a atmosfera. Pode nos explicar melhor essa teoria? Williams Pinto Marques Ferreira - Essa teoria está fundamentada no conhecido Ciclo do Carbono ou Ciclo Biogeoquímico do Carbono, que, no planeta Terra, ocorre em função do processo da fotossíntese realizado pelas plantas; da respiração, realizado pelas plantas e pelos animais; através dos oceanos, reservatório estimado de 40.000 Gt (Giga Toneladas - significam 40 trilhões de quilos); da atmosfera, reservatório estimado de 750 Gt; e do solo e do seu interior, reservatório estimado de 20.000 Gt; e pode ser dividido em um ciclo geológico, considerado muito demorado, pois envolve a escala de milhões de anos e é integrado à própria estrutura de formação do planeta; e outro biológico mais acelerado, no qual a renovação do carbono atmosférico é estimada a cada 20 anos.

O derretimento das geleiras, principalmente as da Groenlândia e do Canadá, pode representar um grande volume adicional de água doce na área de formação das correntes termohalinas.¹ Isso irá impedir a formação dessas que são uma das mais importantes correntes oceânicas do Atlântico Norte, já que, naquela região mais fria, nas altas latitudes, as águas mais salobras do Atlântico são resfriadas, e, mais densas, alcançam maiores profundidades dando início às correntes termohalinas. Essas correntes percorrem os demais oceanos, passando pela região equatorial do Atlântico Norte como uma corrente agora superficial, que depois de aquecida naquela região transporta calor em suas águas para as ilhas britânicas e Escandinávia. A redução da circulação da termohalina pode representar maior resfriamento no extremo norte europeu.

Os impactos das mudanças das cor-

¹ Circulação termoalina (ou termosalina): refere-se à circulação oceânica global movida pelas diferenças de densidade das águas dos oceanos devidas a variações de temperatura ou salinidade em alguma região oceânica superficial. O aumento de densidade pode ocorrer devido ao arrefecimento da água, ao excesso de evaporação sobre a precipitação ou ainda à formação de gelo e conseqüente aumento de salinidade das águas vizinhas. (Nota da IHU On-Line)

“Com o advento das mudanças climáticas, aumentará a exigência do emprego de tecnologia para a produção de alimentos no campo, tornando cada dia mais difícil a permanência daquele produtor que produz para subsistência”

rentes marinhas também implicam na mudança na produtividade biológica, no habitat e na flora marítima em diferentes lugares por onde essas correntes passam, já que as mesmas são responsáveis pelo transporte de grande número de organismos aquáticos microscópicos que têm capacidade fotossintética e flutuam nas correntes, conhecidos como fitoplâncton e servem de alimentos para outras formas de vida aquáticas. O delicado equilíbrio de troca de carbono entre a atmosfera e os oceanos pode ser também intensificado pela mudança da química natural dos oceanos decorrente do aumento da concentração de CO₂ no ar, reduzindo a capacidade dos oceanos se comportarem como verdadeiros sumidouros de carbono.

IHU On-Line - Como as alterações das vegetações influenciam o clima? E no sentido contrário, como as mudanças climáticas alteram a distribuição da vegetação? Williams Pinto Marques Ferreira - Inicialmente, deve-se lembrar que, mesmo em diferentes escalas, o clima é o fator mais influente na formação característica da vegetação de determinada região. Prova disso é que os diferentes biomas são perfeitamente identificados em regiões com caracte-

rísticas climáticas bem definidas. Essa estreita relação deve-se, principalmente, à disponibilidade de radiação solar, principal fonte de energia do planeta. Todos os demais elementos meteorológicos que compõem o clima estão condicionados à radiação solar incidente nas diferentes regiões do globo. A temperatura do ar, a disponibilidade hídrica, a própria formação topográfica, definida em parte pelo vento, a luz visível, o ciclo hidrológico, entre outros, são fatores determinantes da formação da vegetação de determinada região. As mudanças antropogênicas (aceleradas) do clima comprometem totalmente esse equilíbrio. A competitividade entre as diferentes espécies de plantas será alterada, forçando modificações morfológicas e fisiológicas como principais estratégias adaptativas para as diferentes espécies.

Por outro lado, a vegetação predominante de uma determinada região é determinante do albedo (capacidade reflexiva de determinada superfície), da temperatura média local, da umidade relativa e do ciclo hidrológico, entre outros fatores. A substituição de determinada vegetação de uma área por outra, interfere no ciclo hidrológico e nos demais elementos que são condicionantes do clima daquela região. Assim, qualquer mudança no clima irá refletir na vegetação dominante e, de maneira similar, qualquer mudança na vegetação irá interferir diretamente nas características climáticas de determinada região.

IHU On-Line - Que relação o senhor estabelece entre o crescimento populacional mundial e as mudanças climáticas?

Williams Pinto Marques Ferreira - As projeções para o crescimento populacional, segundo a ONU, são alarmantes, mais de nove bilhões de pessoas em 2050, sendo que hoje a população está estimada em 6,8 bilhões. Esse grande batalhão de habitantes no planeta representa, sem dúvida, maior consumo dos recursos naturais. Deve-se nesse aspecto lembrar que, como já comentado anteriormente, o modelo atual da exploração predatória do meio

ambiente é um dos maiores responsáveis pelas atuais mudanças climáticas. Logo, não só deverá haver necessidade de maior produção de alimentos, mas também de energia nos países em desenvolvimento e, principalmente, nos países desenvolvidos. Nesse aspecto, deve-se observar que as tecnologias a serem empregadas para tal não podem ser semelhantes às atualmente utilizadas, sendo indispensável à questão da sustentabilidade no uso de todos os recursos naturais, em especial a água.

IHU On-Line - Com a elevação do aquecimento global, o senhor vislumbra uma mudança habitacional em áreas urbanas ou rurais? Que movimento percebe nesse sentido?

Williams Pinto Marques Ferreira - Não é recente a necessidade que todo produtor tem do uso de tecnologia para se manter produzindo de modo a obter lucros. O uso da tecnologia cada dia mais empregado no campo tenta, entre outras coisas, superar as dificuldades impostas pelas condições climáticas tão variáveis e até severas em algumas regiões. Com o advento das mudanças climáticas, aumentará a exigência do emprego de tecnologia para a produção de alimentos no campo, tornando cada dia mais difícil a permanência daquele produtor que produz para subsistência. Logo, as regiões hoje já castigadas por secas, enchentes e principalmente aquelas onde há a maior concentração de pessoas pobres no planeta, que são as regiões semiáridas, onde a maioria dos produtores pratica a agricultura de subsistência, serão as primeiras a serem mais afetadas pelas mudanças do clima, pois, regiões com características subúmidas poderão tornar-se semiáridas, e estas, áridas, inviabilizando qualquer tipo de prática agrícola. O resultado dessas mudanças pode traduzir-se num movimento de acentuado êxodo rural para as maiores cidades localizadas nessas regiões do planeta, intensificando todos os demais problemas associados, tais como aumento de favelas nos grandes centros urbanos, redução do acesso de serviços essenciais, como saúde e saneamento básico, aumento da violência devido ao aumento de

desemprego, fome etc. Assim, todos esses fatos deixam claro que a população mais pobre será a primeira a ser afetada pelas mudanças do clima por ser aquela que menos está preparada para se adaptar às novas realidades do planeta.

IHU On-Line - Estudos alertam para a escassez de alimentos nas próximas décadas. Como essa previsão deve afetar a distribuição e produção de alimentos no planeta? É possível conjetar alternativas para atender às necessidades da fome, mesmo com o aquecimento global?

Williams Pinto Marques Ferreira - De fato a escassez de alimentos deverá acontecer no futuro caso não ocorram maiores mudanças. Todavia, vários

“O REDD é hoje o principal mecanismo voltado para o financiamento das ações de controle e redução do desmatamento que pode contribuir de modo bem positivo para a redução da emissão de carbono”

são os fatores que concorrem para tal, sendo que as mudanças climáticas contribuem para que ocorram mudanças aceleradas na agricultura de modo geral. O que deverá ocorrer com mais frequência será a migração de determinadas culturas hoje cultivadas em áreas consideradas de boa produção para outras áreas que antes apresentavam baixa produção ou até mesmo não produziam. Entretanto, a produção de alimentos depende não somente do clima de uma determinada região, mas do tipo de solo, topografia do terreno entre outras coisas, significando que não é simples explorar

determinada cultura em lugares muito diferentes daqueles ao qual a cultura está adaptada.

Existem muitas alternativas para evitar que a fome se torne um problema mesmo com o aquecimento global, já que a fome no mundo está associada, principalmente, à má distribuição mundial de renda, à hegemonia de determinados países no controle do comércio internacional e às perdas ainda existentes dos alimentos produzidos, provocados por diferentes causas, sendo que, no Brasil, o transporte entre o produtor e o consumidor, é a etapa onde ocorrem as maiores perdas. Ou seja, a condução de tal etapa precisaria ser mais bem planejada. Ainda, em se tratando da influência do clima sobre as culturas, há hoje, sem dúvidas, inúmeras pesquisas no mundo voltadas para a adaptação das principais culturas consumidas pelo homem às novas características climáticas mundiais.

IHU On-Line - Durante toda a história da humanidade, o homem sempre se adaptou às novas formas de vida. É possível também se adaptar às mudanças do clima?

Williams Pinto Marques Ferreira - Existem três formas principais de se lidar com as mudanças climáticas. Com prevenção, onde medidas antecipadas devem ser tomadas para se evitar a intensificação da emissão dos gases poluentes, com o combate para a redução das atuais emissões, e com a adaptação à nova condição imposta pelas atuais mudanças do clima.

Quando se trata de plantas, a manutenção dessas espécies na Terra sempre foi um grande desafio já que o clima, ao longo da história do planeta, sempre passou por severas mudanças, sendo hoje novamente um novo desafio para as plantas a adaptação às atuais mudanças climáticas. Com relação ao homem, a própria história da evolução da humanidade, desde os primórdios, descreve a grande capacidade que a espécie tem para superar os desafios impostos. Prova “recente” dessa habilidade foi o grande aumento na produção mundial de alimentos capaz de suprir não somente o cres-

cimento populacional após a Segunda Guerra Mundial, o qual mais que dobrou, passando de aproximadamente 2,5 bilhões, em 1950, aos atuais 6,8 bilhões, mas também o aumento na ingestão de calorias derivadas de novos alimentos que, associados aos novos hábitos de vida, aumentaram a expectativa de vida do homem.

IHU On-Line - Qual sua avaliação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas do Brasil? As metas em relação ao desmatamento e a agricultura são animadoras no que se refere ao combate das mudanças climáticas?

Williams Pinto Marques Ferreira - Encontrar falhas naquilo que outros fazem é uma das atividades mais fáceis para o ser humano. Logo, embora sejam um avanço em termos de política nacional, os três principais objetivos do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (1) redução das emissões dos gases que contribuem para o efeito estufa, 2) adaptação aos impactos da mudança do clima e 3) suprimento das necessidades, por meio de estudos, para que os objetivos do plano sejam alcançados) estejam corretos, todavia, as ações previstas necessitam de grandes ajustes. A maior deficiência está na velocidade de execução, as metas são tímidas quanto ao prazo para serem atingidas, já que são comuns no Brasil as coisas sempre serem deixadas para última hora, além de, em parte, tais medidas estarem condicionadas à obtenção de recursos internacionais, o que certamente dificultará sua execução.

Outro aspecto a ser revisto são as metas para redução do desmatamento, o qual está diretamente associado às queimadas. O plano de redução do desmatamento na Amazônia Legal está afixado em 72% até o ano de 2017. A recuperação de 100 milhões de hectares de pastos degradados e o aumento do dobro das atuais áreas de florestas plantadas no país, chegando a 11 milhões de hectares em 2015, deveriam ser mantidos. Contudo, deveriam ser adotadas medidas mais urgentes para que fosse alcançado o plano de desmatamento zero, que é o ideal, já que a maior contribuição do país para o

“A preservação das florestas é fundamental, não somente porque representam gigantescos reservatórios de carbono, o qual é liberado na forma de gás no momento que a floresta é queimada após o desmatamento, mas também porque é um dos ambientes terrestres com a maior diversidade e espécies vivas no planeta”

efeito estufa é decorrente da emissão dos gases resultantes das queimadas. O aumento gradual do uso de biocombustíveis hoje também é uma das ações mais acertadas do atual governo federal. Mas, infelizmente, no atual momento, alguns projetos de lei, criados em 2007, e os mais recentes seguem o trâmite lento dito “normal” do Congresso, sendo que os mesmos deveriam receber maior atenção e urgência em sua aprovação, principalmente porque o Brasil deverá apresentar propostas na próxima COP, rumo à implantação definitiva de um Plano Nacional sobre Mudança do Clima capaz de combater o tão preocupante aquecimento global.

IHU On-Line - A Convenção do Clima pode trazer uma solução para a redução das mudanças climáticas? Por outro lado, qual é o risco para o planeta se ocorrer um atraso do acordo

climático mundial em Copenhague? Williams Pinto Marques Ferreira - A próxima Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas - COP 15, a ser realizada em Copenhague, na Dinamarca, no mês de dezembro, assim como as anteriores, sempre representa uma esperança de novos acordos. Em se tratando de Brasil, há expectativa de grandes avanços, logo se deve torcer para que a mesma não acabe como as anteriores, ou seja, com muita discussão e poucos avanços significativos. Como o Brasil é considerado um dos grandes emissores de gases de efeito estufa devido às queimadas das florestas, essa próxima reunião intergovernamental é de grande interesse para o governo brasileiro tratar dos assuntos ligados ao mecanismo REDD (Redução de Emissões para o Desmatamento e Degradação) que será o tema base do encontro das partes. Será um dos pontos fortes para o governo brasileiro, que quer tratar do assunto com metas de redução com números orientados por resultados de pesquisas científicas. O Brasil deve, todavia, insistir para a inserção de mecanismos de incentivo tais como os incentivos fiscais e financeiros para o uso de tecnologias simples, mas comprovadamente úteis capazes de contribuir para a redução de emissões de gases de efeito estufa e que estejam associadas à diminuição do desmatamento e à preservação de florestas nativas.

O maior problema das discussões na próxima COP poderá, contudo, ser sobre a atual posição dos EUA frente às mudanças climáticas, já que até o presente momento, o senado norte-americano ainda não votou sobre o assunto e, conseqüentemente, não tem uma posição definida para ser apresentada em Copenhague.

O futuro do planeta já está em “xeque” há muito tempo, e como resultados das negociações anteriores, tanto o Brasil quanto os EUA e a União Europeia ainda têm muito que apresentar para que ocorra um acordo mundial coeso para que o planeta possa enfrentar os problemas do aquecimento global. Copenhague não pode passar para a história sem grandes avanços nos acordos sobre o clima, todavia, sabe-

se que diplomaticamente todos os esforços têm sido feitos nesse sentido, e que o planeta já demonstra não ter o tempo que os diplomatas necessitam para chegarem a um consenso.

IHU On-Line - Em que medida o REDD - Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação pode representar avanços na conservação da floresta Amazônica? Qual é a relevância das florestas no combate às mudanças climáticas?

Williams Pinto Marques Ferreira - Sem dúvida, o REDD é um mecanismo que possibilitará aos países desenvolvidos financiarem projetos de conservação que reduzam o desmatamento nos países menos desenvolvidos e, a partir da redução do carbono que deixou de

ser emitido para a atmosfera, receber créditos de carbono. A posição do governo brasileiro, entretanto, é de que esse seja um mecanismo auxiliar, mas não o principal mecanismo utilizado para que os países desenvolvidos alcancem suas metas de redução.

A importância do mecanismo foi de modo informal discutida em julho, na Groenlândia, entre mais de 100 ministros de Estado do meio ambiente de diferentes países, os quais concordaram que o REDD deve ser incluído no novo acordo climático global desde que existam mecanismos padrões de controle e monitoramento dos investimentos no REDD.

A preservação das florestas é fundamental, não somente porque representam gigantescos reservatórios de car-

bono, o qual é liberado na forma de gás no momento que a floresta é queimada após o desmatamento, mas também porque é um dos ambientes terrestres com a maior diversidade e espécies vivas no planeta.

O REDD é hoje o principal mecanismo voltado para o financiamento das ações de controle e redução do desmatamento que pode contribuir de modo bem positivo para a redução da emissão de carbono. Em se tratando de Brasil, o maior problema ainda está na legislação brasileira, já que criar boas leis voltadas para a legislação ambiental e, acima de tudo, criar mecanismos para fiscalizar e fazer cumprir as leis no Brasil não é algo assim tão fácil, mas isso é outra conversa.

BAÚ DA IHU ON-LINE

>> Os temas discutidos nesta edição foram também abordados em outras publicações da IHU On-Line e nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. O material está disponível na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br/ihu).

Edições:

- *Superação da miséria e da fome*. Edição número 20, de 3-6-2002, disponível no link <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161372458.16pdf.pdf>;
- *Conferência mundial sobre o desenvolvimento sustentável*. Edição número 26, de 15-07-2002. O material está disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161372042.91pdf.pdf>;
- *Cúpula mundial sobre o desenvolvimento sustentável*. Edição número 32, de 26-08-2002, disponível no endereço eletrônico <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161371498.19pdf.pdf>;
- *Sol, vento, hidrogênio... a busca de alternativas energéticas*. Edição número 67, de 7-7-2003. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161287309.2pdf.pdf>;
- *Projeto nacional de desenvolvimento: uma possibilidade? Um contra-senso?* Edição número 77, de 29-09-2003, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161284183.18pdf.pdf>;
- *Economia brasileira: entre os liberais e os nacional-desenvolvimentistas*. Edição número 86, de 1-12-2003. Acesse em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1161200849.08pdf.pdf>;
- *Como salvar o planeta e a humanidade? Descrescimento ou desenvolvimento sustentável?* Edição número 100, de 10-05-2004. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158260956.64pdf.pdf>;
- *Economia social e consumo ético*. Edição número 115, de 13-9-2004. Acesse em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158264712.1pdf.pdf>;
- *Terra habitável um desafio para a humanidade*. Edição número 141, de 16-5-2005. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158268420.39pdf.pdf>;
- *Salvar o velho Chico: uma luta que se revitaliza*. Edição número 159, de 10-10-2005, disponível no endereço <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158347550.49pdf.pdf>;
- *A vingança de Gaia. Mudanças climáticas e a vulnerabilidade do Planeta*. Edição número 171, de 13-3-2006. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158346991.76pdf.pdf>;
- *Pampa. Silencioso e desconhecido*. Edição número 190, de 7-8-2006. acesse em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158343910.64pdf.pdf>;
- *Amazônia. Verdades e mitos*. Edição número 211, de 12-3-2007, disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23;

- *Estamos no mesmo barco. E com enjôo. Anotações sobre o relatório do IPCC*. Edição número 215, de 16-4-2007, disponível no endereço http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23;
- *Energia para quê e para quem? A matriz energética do Brasil em debate*. Edição número 236, de 17-9-2007 e disponível no link http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23;
- *O Pampa e o monocultivo do eucalipto*. Edição número 247, de 10-12-2007, disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23;
- *A crise alimentar. Por um novo modelo de produção*. Edição número 258, de 19-5-2008, disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23;
- *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*. Edição número 276, de 6-10-2008, disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23;
- *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*. Edição número 278, de 21-10-2008. Disponível no endereço http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23;
- *Alternativas energéticas em tempos de crise financeira e ambiental*. Edição 285, de 8-12-2008, disponível no link http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23;
- *A crise capitalista e a esquerda*. Edição 287, de 30-3-2009. Edição 287, de 30-3-2009. disponível no link http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23;
- *Ecoeconomia. Uma resposta à crise ambiental?* Edição 295, de 1-6-2009. acesse em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23.

>> Algumas entrevistas publicadas nas **Notícias do Dia** sobre a conferência do clima em Copenhague. Acompanhe também o debate através das Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

- *"Copenhague não vai representar muita coisa"*. Entrevista com Roberto Smeraldi e publicada em 9-10-2009, disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=26256;
- *"O planeta está doente"*. Entrevista com Divaldo Rezende, publicada em 6-10-2009 e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=26345;
- *"Separar economia do meio ambiente é não entender nada"*. Entrevista com José Eli da Veiga, publicada em 4-10-2009 e disponível no endereço http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=26281.

Desmatamento é consequência. Pecuária bovina é causa

Na opinião de João Meirelles, o mau uso da terra pela pecuária bovina extensiva na Amazônia é a principal causa da contribuição brasileira para o aquecimento global e corresponde a mais de 85% do desmatamento da floresta

POR PATRICIA FACHIN

Reduzir o consumo de carne significa pensar na sobrevivência da espécie humana no planeta Terra. O alerta é de João Meirelles, presidente do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) e da ONG Peabiru, instituição que mantém o Parque Ecoturístico da Bodoquena, em Bonito, MS. Na entrevista a seguir, concedida, por telefone, à **IHU On-Line**, Meirelles diz que as discussões em torno do desmatamento, das mudanças climáticas e do aquecimento global devem atacar as causas, e não as consequências do problema. Isso significa combater a pecuária bovina extensiva, e não apenas o desmatamento. “O desmatamento não é causa de nada, ele é apenas o sintoma”, enfatiza. Segundo ele, cerca de 40% da superfície aproveitada do planeta é ocupada pelo gado. No caso brasileiro, adverte, “a situação é muito mais grave porque dos 800 milhões de hectares do país, aproximadamente 200 milhões já são ocupados pela criação de gado”. Enquanto isso, argumenta, “a agricultura não ocupa nem 80 milhões de hectares”.

Meirelles menciona ainda que a Convenção do Clima em Copenhague irá discutir apenas as consequências, e que os países que possuem florestas tropicais não têm poder de influência política. “Não tenho nenhuma esperança de que as florestas tropicais irão receber um tratamento especial em Copenhague”, lamenta. E dispara: “Não vejo nenhum movimento sério global de que isso passe a ser tratado com a atenção que merece. O debate de Copenhague está muito mais centrado na questão das cotas de carbono, e isso não chega na questão da proteção das florestas”.

João Meirelles é presidente da ONG Peabiru, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com a missão de gerar valores para a conservação da biosociodiversidade da Amazônia. É formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor diz em *O Livro de Ouro da Amazônia* que a pecuária bovina extensiva destruiu a Mata Atlântica, a Caatinga, consome o Cerrado e agora também está causando problemas na Amazônia. Nesse sentido, como a criação de gado tem contribuído para agravar as mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente?

João Meirelles - A pecuária bovina extensiva depois da Segunda Guerra Mundial passou a ocupar uma extensão territorial no planeta muito acima do que é suportável. Hoje, segundo a FAO, cerca de 40% da superfície aproveitada do planeta estaria sendo ocupada pela pecuária bovina. No caso do Brasil, a situação é muito mais grave porque dos 800 milhões de hectares

do país, aproximadamente 200 milhões já são ocupados pela criação de gado. Para entendermos a dimensão disso, a agricultura não ocupa nem 80 milhões de hectares. Esse é um fato grave, porque a maior parte territorial do país é destinada para a pecuária de corte. Outro fator complicado é a mudança da pecuária para o Centro-Oeste e Amazônia. De 1970 para cá, existiam um milhão de cabeças de gado na Amazônia e hoje são 80 milhões e, se nada for feito, teremos 200 milhões de cabeças em menos de duas décadas. Essa é a grande preocupação. Houve um esvaziamento nos antigos estados tradicionais de produção de gado (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) para a Amazônia, porque lá a lei não vale, e as questões ambientais, sociais e tra-

balhistas não são seguidas, o que gera um custo de produção muito menor.

A pecuária é uma péssima decisão da humanidade na medida em que é a proteína mais cara de se produzir e a que ocupa mais espaço territorial. Mais da metade da população do planeta não tem acesso à carne por questões de custo, mesmo quando os custos ambientais e sociais não são consideráveis. Então, temos um problema sério no planeta Terra, e não um caso específico na Amazônia.

Desmatamento

O desmatamento é um sintoma, é como medir a febre. Então, quando o governo se manifesta sobre o índice de desmatamento, ele está dizen-

do que “o doente está com febre”, mas ele averigua as causas. Hoje é reconhecido por diversos documentos científicos e técnicos que a pecuária bovina extensiva na Amazônia corresponde a mais de 85% do desmatamento. A soja é insignificante, não chega a 5%, e todas as outras causas juntas não somam 10% (garimpo, abertura de estradas, uso irracional da madeira). Então, o desmatamento não é causa de nada, ele é apenas sintoma. Por isso, não faz sentido combater o desmatamento. É ridículo tratar disso. Temos que averiguar porque a pecuária bovina está seguindo para a Amazônia, por que as pessoas querem consumir mais carne. Essa é a grande questão que temos de atacar; não é um tema isolado da Amazônia, é um problema mundial.

O Brasil está decidindo se será o maior exportador de carne. Essa é uma decisão de consequências enormes e não é compatível com o discurso de que precisamos conservar a Amazônia, buscar a sustentabilidade. A produção da pecuária bovina na Amazônia não chega a 100 quilos de carne ao ano por hectare. Qualquer criação de peixes chegaria a uma tonelada, tranquilamente. Isso mostra que não tem sentido ocupar 70 milhões de hectares da Amazônia para a pecuária bovina. Alguns alegam que a criação de gado corresponde apenas a 17% da floresta, mas essa área corresponde à soma dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Então, é uma área absurda em termos de país. Tudo isso para que? Para produzir carne de baixa qualidade, clandestina? Essa é a discussão que deve permear os debates no Brasil, e não discutir se o desmatamento aumentou ou diminuiu; isso é conversa de bar.

IHU On-Line - Em que medida a substituição da floresta por pastos contribui para o aquecimento global?

João Meirelles - O desmatamento ocorre numa sequência de três, quatro anos. As queimadas se sucedem por muitos anos e não exclusivas da Amazônia. Sabemos que, no Bra-

sil todo, durante a seca, acontecem queimadas. Essa é uma prática barata de limpeza do pasto e preparação de área agrícola e urbana. O acúmulo de CO₂ é sério, o Brasil deve queimar por ano de 60 a 80 milhões de hectares. O boi em seu processo ruminante libera bastante metano, mas quando juntamos um rebanho global de 200 milhões de cabeças e a importância do gás metano no aquecimento global, percebemos que, no fim das contas, o Brasil contribui com 5 ou 6% do aquecimento global. A maior parte dessa responsabilidade não vem das indústrias, das termoelétricas ou dos carros, e sim do desmatamento, das queimadas e da geração de metano do gado bovino. O fato de existir pastagem aumenta brutalmente a quantidade de formigas e cupins. A proliferação desses animais aumenta

“A pecuária é uma péssima decisão da humanidade na medida em que é a proteína mais cara de se produzir e a que ocupa mais espaço territorial”

também a digestão da matéria vegetal, o que eleva também a quantidade de metano gerado por formigas e cupins. Então, não estamos fazendo essas contas. Pensamos apenas na porcentagem desmatada, enquanto o importante é considerar os 60 milhões de hectares queimados, os 200 milhões de bois que geram metano e a quantidade de pasto que também gera uma quantidade de metano apreciada.

Os números revelam que a cota brasileira mundial estaria em torno de 70% e viria do desmatamento, das queimadas e estaria relacionada diretamente à criação de gado. Assim, podemos observar o mau uso da ter-

ra pela pecuária bovina extensiva na Amazônia como a principal causa da contribuição brasileira para o aquecimento global. Esta é uma verdade aceita, embora os números não sejam precisos.

O gado e a opção brasileira

Não há dúvidas de que 70 milhões de hectares de desmatamento na Amazônia é uma burrice. Se isso está contribuindo com 1%, 2% ou 5% para o aquecimento global, não é tão relevante para o debate. O importante é saber se o Brasil continuará transformando a Amazônia num pasto. Queremos que o país se torne apenas um exportador de carne barata? Como a humanidade sobreviverá num mundo onde tem mais espaço para boi do que para pessoas? Essas são as questões relevantes que vão nortear questões menores. Para a Amazônia, o importante é saber o que o país quer desse local. Com certeza, o elemento boi na Amazônia é muito recente, e não paramos para discutir os impactos disso. Os beneficiários desse processo são muito poucos: 20 mil famílias se beneficiam da pecuária, o que é muito pouco dentro de um cenário local de 25 milhões de habitantes. Se analisarmos toda a criação de boi, encontramos mais 400 mil famílias. A maioria se tivesse outra opção, viveria de outra atividade.

IHU On-Line - É possível contornar essa situação sem prejudicar a criação de gado, ou, de fato, o consumo terá que ser reduzido? Alteração de hábitos de consumo pode favorecer as mudanças climáticas? Qual é sua proposta nesse sentido?

João Meirelles - Quando a sociedade vegetariana e o movimento vegetariano mundial fala em não comer carne uma vez por semana, como a campanha de não comer carne nas segundas-feiras, estão tratando da nossa sobrevivência enquanto espécie humana no planeta Terra. A FAO alerta que 40% da superfície do planeta está sendo ocupada pela pecuária, e isso avança rapidamente a 2% ao ano.

IHU On-Line - Alguns ambientalistas propõem a certificação de carne bovina nos supermercados. Em que medida isso pode ajudar a reduzir o desmatamento na Amazônia?

João Meirelles - Essa é uma medida interessante, mas não terá impacto nenhum no desmatamento. Primeiro, porque o boi transita ilegalmente no Brasil; segundo, porque mais de 70% do gado da Amazônia é irregular e ilegal. Isso vai resolver o problema de culpa das classes altas e médias, mas não resolve o problema de fato. Esse seria um processo sofisticado, mas não temos tempo, não temos mais 30 anos para esse processo ser implementado. São necessárias medidas mais radicais. Se estão proibindo o cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia, por que não proibir também a pecuária em diversas áreas da floresta? Por que aceitar que os frigoríficos sejam fechados no Rio Grande do Sul e abertos na Amazônia? Isso não faz sentido; está distante do mercado consumidor e inviabiliza uma economia tradicional local.

IHU On-Line - Qual a importância das florestas para amenizar os impactos das mudanças climáticas? Elas devem ganhar destaque na Convenção do Clima em Copenhague?

João Meirelles - Para que haja o desmatamento zero, são necessários desincentivos muito fortes sobre a pecuária. Temos que atacar as causas; continuamos a conversar sobre consequências. Copenhague está discutindo consequências que interessam a outros países e fazem pouco sentido para o Brasil.

A maioria dos 90 países que têm florestas tropicais é pobre e sem poder de influência política. Não tenho nenhuma esperança de que as florestas tropicais irão receber um tratamento especial em Copenhague. Temos que lembrar que as florestas tropicais ocupam 4% do planeta Terra, já ocuparam 9%. Perdemos desde a Segunda Guerra Mundial metade das florestas tropicais. Não vejo nenhum movimento sério global de que isso passe a ser tratado com a atenção que merece. O debate de Copenhague está muito mais centrado na

“O planeta não suporta 7 bilhões de pessoas e 40% de sua superfície dedicada à pecuária. Isso é um luxo que atende a uma minoria de menos de 1 bilhão de pessoas”

questão das cotas de carbono, e isso não chega na questão da proteção das florestas. É claro que mecanismos como esse do REDD serão importantes, mas sozinhos eles não fazem diferença. Precisamos de políticas mais contundentes, e o Brasil tem cerca de 30% das florestas tropicais do planeta, e, então, ele tem uma responsabilidade maior sobre isso. No entanto, a política pública brasileira é muito conflitante. Por um lado, se tem um incentivo a grandes estradas, hidrelétricas e uma série de grandes obras com baixo nível de debate e, ao mesmo tempo, um discurso ambientalista sem muito resultado. Então, diria que estamos no pior momento da nossa história ambiental.

IHU On-Line - Qual é sua proposta de movimento sustentável para combater as mudanças climáticas e amenizar os impactos do aquecimento global?

João Meirelles - Teria que haver uma mudança radical no consumo. As pessoas precisam reconsiderar o seu consumo de carne. Não estou dizendo que todos devem virar vegetarianos, mas é necessário diminuir brutalmente o consumo. O consumidor também precisa passar a exigir a origem dos produtos, não só da carne, mas do arroz, enfim. Temos que fazer o movimento do quilômetro zero: os habitantes do Rio Grande do Sul devem comer arroz plantado no estado. Não tem sentido comercializar um produto cultivado em Belém do Pará, e andar 8 mil quilômetros. Esse conjunto de ofertas tem que ser

repensado globalmente. A carne é a questão central do Brasil. O espaço da pecuária bovina de 200 milhões de hectares e a baixa produtividade de uma cabeça por hectare ano, o baixo nível de emprego, a ilegalidade desse modelo devem nortear uma discussão no Brasil. Temos um Congresso de pecuaristas, mas precisamos discutir a retirada do boi da Amazônia, do contrário, qualquer outro movimento em relação ao aquecimento global, perda da biodiversidade, violência no campo, desmatamento, queimadas, será irrelevante.

IHU On-Line - Será possível mudar essa cultura do consumo de carne, ainda mais no Brasil?

João Meirelles - A mudança de cultura das pessoas deve partir de uma consciência em relação ao futuro do planeta e da vida. Os alimentos que tomam a maior parte do nosso tempo e o maior custo na nossa vida precisam ser tratados de uma forma clara. Precisamos ter consciência do que estamos consumindo. Na medida em que temos essa consciência, passamos a observar as coisas de maneira diferente. Na hora em que estamos pilotando o carrinho de supermercado, estamos decidindo o futuro do planeta; não é lá em Copenhague. O que comemos define o futuro do planeta.

Existem várias proteínas animais que são mais saudáveis e energeticamente melhores para a produção: enquanto precisa de oito quilos de cereal para produzir um quilo de carne bovina, com metade disso se produz carne de frango, peixes. A questão é repensar. Dizer que o brasileiro não irá se adaptar a reduzir o consumo de carne é uma mentira, porque a cultura é um processo adquirido. Assim, temos duas opções: ou nos adaptamos a mudar com consciência ou seremos obrigados, pelas mudanças climáticas e as pressões mundiais, a mudar. É preferível que a sociedade mude de forma espontânea, gerando renda, valores e discussões. O planeta não suporta 7 bilhões de pessoas e 40% de sua superfície dedicada à pecuária. Isso é

“Nós como consumidores e seres inteligentes temos que olhar para as prateleiras dos supermercados como aquela decisão mais importante da nossa vida. O nosso ato de compra, o que a gente faz, muda a história do planeta. É assim que vamos combater o aquecimento global e salvar a Amazônia da irresponsabilidade dos pecuaristas”

um luxo que atende a uma minoria de menos de 1 bilhão de pessoas. O Brasil ainda tem tempo de jogar o debate para frente, mas, em outros países, essa questão é muito clara.

Nós como consumidores e seres inteligentes temos que olhar para as prateleiras dos supermercados como aquela decisão mais importante da nossa vida. O nosso ato de compra, o que a gente faz, muda a história do planeta. É assim que vamos combater o aquecimento global e salvar a Amazônia da irresponsabilidade dos pecuaristas. É no conjunto de atos que reside a nossa força de mudança. Esperar que o pecuarista mude não irá acontecer no prazo em que precisamos. Não podemos nos dar ao luxo de esperar. Precisamos de tratamento de choque, sim. Teríamos que discutir se o brasileiro quer ou não o boi na Amazônia através de um plebiscito.

Crescimento econômico e clima. Um desafio

O economista Carlos Eduardo Young está otimista em relação à Conferência do Clima em Copenhague. O encontro, segundo ele, pode gerar uma nova discussão em relação à inclusão das florestas no combate às mudanças climáticas e ao aquecimento global

POR PATRICIA FACHIN

“O aquecimento global irá gerar consequências perversas e mal distribuídas”, enfatizou o economista Carlos Eduardo Young, em entrevista concedida, por telefone, à IHU On-Line. Segundo o pesquisador, isso não quer dizer que o planeta será atingido por uma escassez global de alimentos, mas sim por crises localizadas devido à má distribuição de recursos, que poderá se agravar no futuro. “Não acredito que o problema do aquecimento global vá gerar uma escassez global de alimentos, até porque haverá perda de áreas agrícolas, mas, nos países onde a produtividade agrícola é maior, é possível que a área de plantação inclusive aumente”, argumenta. Os atingidos, aponta, “serão países mais pobres que têm maior carência de recursos” e os efeitos do aquecimento global serão mais graves “para os países onde são cobradas menos responsabilidades, ou seja, os tropicais”. Para ele, as consequências mais graves do aquecimento global serão sentidas no acúmulo de injustiças e problemas sociais.

Na entrevista que segue, Young diz que a inclusão das florestas na Convenção do Clima faz com que haja uma nova discussão a respeito da preservação das matas tropicais, e tem esperanças que as nações possam estabelecer um acordo em Copenhague. Mas adverte: “qualquer acordo internacional em relação ao clima só será internalizado se adotarmos novas percepções de ocupação da floresta. É inviável fazer esse discurso climático e manter, por exemplo, um estímulo ao desmatamento como tem sido feito para beneficiar alguns poucos proprietários de grandes terras”. Para ele, alternativas econômicas como a venda de créditos de carbono podem representar uma alternativa ao combate das emissões de gases de efeito estufa. “Quando se estabelecem sistemas de direitos transacionáveis de emissões ou de cobrança por emissão, se estabelece uma forma pela qual se consegue atingir uma meta através de um custo mais baixo, reduzindo a dificuldade política de aceitação dessa meta e tornando esse limite possível”, assegura.

Carlos Eduardo Young é doutor em Economia pela University of London, Inglaterra, defendeu a tese *Economic adjustment policies and the environment: a case study of Brazil*. É autor de, entre outros, *Exportando sem crises: a indústria de Madeira tropical brasileira e os mercados internacionais* (Londres: IIED, 2004); *Environmental regulation and competitiveness in Brazilian industry, with special reference to the energy sector* (Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003). Atualmente, leciona na UFRJ, no Instituto de Economia Industrial. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Para começar nossa entrevista, pergunto-lhe: Não se pode mais separar a economia da ecologia? Por quê?

Carlos Eduardo Young - Como a sociedade passou a incorporar de forma mais efetiva a questão ambiental no seu processo de tomada de decisão, o debate ecológico foi incorporado às decisões sociais, incluindo as econômicas. É por isso que não podemos mais separar ecologia da economia, porque as decisões econômicas refletem o ambiente social que contextualiza o processo decisório, no qual as questões ambientais têm papel crescente.

IHU On-Line - Um estudo recente alerta para a escassez de alimentos em 2050 e projeta aumentos no preço de alimentos básicos. Em que medida, na sua opinião, as mudanças climáticas tendem a afetar a economia e aumentar a fome no planeta?

Carlos Eduardo Young - Uma visão que considero equivocada das Ciências Econômicas é o fato de elas estudarem recursos escassos, como se a escassez fosse sempre o problema. Quando se faz uma análise mais fria e examinamos, por exemplo, os conflitos em torno dos acordos de livre comércio, incluindo as negociações de Doha, percebemos que grande parte dos problemas se dá não pela falta, mas sim pelo excesso de produtos. O problema é a má distribuição desse recurso. A própria Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentos (FAO) reconhece que temos os meios econômicos e técnicos para fazer a fome desaparecer, mas o que falta é a vontade política mais forte para erradicar a fome.

Essa questão se reproduz no Brasil. Hoje, produzimos algo em torno de 140 milhões de toneladas de grão por ano. A população brasileira está em torno de 190 milhões por ano. Se pegarmos essa produção anual de grãos e distribuir entre produção brasileira, teremos uma produção de quase dois quilos de grão *per capita* por dia. Então, não falta alimento, até porque há uma evolução tecnológica permanente na agricultura que possibilita a expansão de produção sem aumento de

“O valor social de uma floresta em pé é maior que o valor social de um pasto”

área cultivada. Por isso, não acredito nessa visão catastrófica de que vai faltar alimento no mundo como um todo, mas sim em partes do planeta onde a pobreza extrema deverá ser agravada pela incapacidade de adaptação às mudanças do clima.

Aquecimento global e a vulnerabilidade localizada

O aquecimento global é profundamente injusto porque irá gerar consequências perversas e mal distribuídas que se concentrarão nos países que menos contribuíram para causar o problema. Isso quer dizer que determinadas partes do mundo serão mais afetadas com escassez de grão, por exemplo. Os atingidos serão os países mais pobres que têm maior carência de recursos, e que também têm condições climáticas mais adversas, como temperatura mais elevada e maior aridez. Hoje, ainda sem considerar os efeitos das mudanças climáticas que virão, mesmo com muitas pessoas passando fome, temos estoques de grãos acumulados. É esse o tipo de problema que deverá se agravar no futuro.

Haverá um problema de instabilidade climática nos países desenvolvidos, mas não é certo que irá diminuir a área agrícola. Estudos brasileiros mostram que é possível um retorno da agricultura para o sul, ou seja, uma perda de agricultura do centro-oeste. Além disso, não há condições de prever a evolução da produtividade agrícola nos próximos 50 anos. O mundo não irá acabar, mas se tornará pior para as populações menos favorecidas - o que não é nenhuma novidade na história da humanidade. Irão aumentar as injustiças e os problemas sociais. Por outro lado, penso que a humanidade nunca esteve tão sensível às crises ambientais e aos problemas sociais que

acarretarão.

IHU On-Line - Então o senhor quer dizer que a humanidade continuará se adequando a diferentes modos de vida, independente das mudanças climáticas?

Carlos Eduardo Young - Se observarmos as espécies de distribuição da população humana, percebemos que ela se estende dos esquimós da Groelândia aos berberes do Deserto do Saara, dos povos do altiplano andino aos pigmeus da África Equatorial. Então, o ser humano consegue se adaptar; ele não irá desaparecer. Em relação às mudanças climáticas, algumas pessoas se aproveitam de argumentos científicos para colocar slogans que não são necessariamente prováveis, mas que alimentam a militância ambiental. Além disso, há limites na capacidade de se elaborar cenários. Como economista, sou sempre obrigado a desconfiar de projeções - minha profissão especializou-se na arte de errar o futuro. Por isso, há pouco que podemos afirmar com certeza. Entre essas coisas, o que sabemos é que grupos sociais frágeis serão fortemente atingidos, entre esses, as populações em regiões tropicais áridas, como o Sahel, na África e, provavelmente, o sertão nordestino e boa parte do cerrado brasileiro. Por outro lado, as economias desenvolvidas terão maior capacidade de investir para se adaptar às mudanças climáticas. Além disso, sendo países mais frios, tenderão a sofrer menos com os impactos, apesar de terem sido os maiores responsáveis pela geração do problema.

IHU On-Line - A recente crise econômica terá algum impacto em Copenhague? De alguma maneira, a crise mudou o modo de pensar também as questões ambientais?

Carlos Eduardo Young - Crise econômica é boa para o meio ambiente? A resposta é claramente não. Discordo daqueles que acreditam que crescimento econômico é um entrave para o meio ambiente. O problema não é o crescimento econômico, e sim a forma deste crescimento. Pobreza gera mais problemas ambientais. Não vi nenhu-

ma vantagem ambiental nos 25 anos de estagnação econômica que o Brasil viveu entre 1980 e 2005. Nesse período, a situação ambiental se deteriorou, e os problemas sociais tampouco foram sanados.

Assim, a questão não é a quantidade de crescimento, mas a forma do crescimento econômico. Um crescimento espúrio, baseado em extração de recursos naturais e uso predatório do ambiente também será danoso ao meio ambiente. Precisamos buscar um crescimento econômico que seja favorável às questões ecológicas. Sem crescimento econômico, não há solução para problema ambiental. Os que advogam esta tese carecem de comprovação empírica e teórica.

Crescimento econômico sustentável

Crescimento econômico baseado em cultura, conhecimento e tecnologia pode favorecer muito a questão ambiental e econômica. Por outro lado, empobrecimento encurta o horizonte temporal, ou seja, reduz o horizonte da tomada de decisão. Algumas pessoas, porque têm menos recursos, são obrigadas a tomar decisões que só levam em consideração o horizonte mais próximo. Mesmo sabendo que essas decisões podem trazer consequências negativas a longo prazo, elas são obrigadas a aceitá-las por falta de opção econômica. Um problema típico são as favelas. Os indivíduos sabem que vão morar numa área insalubre, com problemas de natureza social e ambiental, inclusive para as suas crianças. Mas não têm outra opção. Enquanto não se resolver o problema das favelas, não vejo como solucionar problemas urbanos relacionados ao meio ambiente. Se alguém conseguir me provar que o problema das favelas será resolvido sem crescimento econômico, mudo meu argumento.

Crise econômica x benefícios ambientais

Por isso, discordo da ideia de que a crise econômica tenha trazido benefícios ambientais. Grande parte das organizações não governamentais que trabalham com meio ambiente tive-

ram grandes demissões, porque tiveram perdas financeiras consideráveis, foram obrigadas a desfazer uma série de projetos. Qual é a vantagem ambiental disso? Os países que produzem de forma espúria continuam produzindo, mas a crise econômica trouxe problemas sérios para as economias que estavam investindo em sustentabilidade. A crise econômica retira recursos para investimento, logo, é possível que tenha ocorrido uma forte retração da locação de recursos para projetos de sustentabilidade. E o que defendo é um modelo de crescimento que considere o próprio gasto ambiental como um elemento dinamizador da economia. Exemplo: a despoluição da Baía de Guanabara demanda obras de construção civil, atividades econômicas e, portanto, gera crescimento econômico.

“Alguns dizem que esta será a maior crise da história da humanidade, mas penso que a humanidade nunca esteve tão sensível a crises ambientais”

co. Isso é diferente de fazer uma obra no mesmo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC que aumente o desmatamento da Amazônia através do asfaltamento, por exemplo, entre Manaus e Porto Velho.

Por outro lado, a crise mudou a forma de pensar dos tomadores de decisão econômica, o que é excelente. A crise trouxe uma mudança na condução da política econômica com o questionamento do modelo liberal e um retorno da valorização do papel do Estado como organizador do processo econômico. Quando se chamou novamente o Estado para liderar o processo econômico nos países desenvolvidos, ele trouxe o condicionante de não apoiar qualquer tipo de investimento e crescimento, e sim um crescimento baseado em projetos e programas que

incorporem princípios de sustentabilidade. A retomada da liderança do Estado traz a possibilidade de induzir os investimentos limpos para reaquecer a economia.

Mas essa combinação virtuosa de políticas de crescimento com princípios de sustentabilidade não acontece naturalmente, ela precisa ser fomentada por uma visão coerente que privilegie o longo prazo. Senão, voltamos ao crescimento espúrio. Por exemplo, no Brasil, onde também se teve a necessidade do Estado intervir, ao invés de adotar critérios de sustentabilidade na seleção de áreas a serem fomentadas, se fez o contrário. O governo optou por reativar a indústria com medidas como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI do automóvel, o que simplesmente aumentou a frota, mesmo sabendo que grande parte desses automóveis irá rodar em São Paulo, onde a própria política pública impede veículos de rodar pelo excesso de carros, e outras regiões metropolitanas com enormes problemas de tráfego. Então, ao invés de introduzir um condicionante ambiental para solucionar questões de longo prazo, a intervenção do Estado Brasileiro seguiu o modelo convencional de pensar apenas no imediato curto prazo - e certamente na próxima eleição.

IHU On-Line - Qual é sua percepção sobre o mercado global de créditos de carbono e também a criação de impostos diretos sobre as emissões? Essas medidas de fato trarão resultados sustentáveis ou elas poderão desencadear especulações ou crises econômicas?

Carlos Eduardo Young - As pessoas associam equivocadamente a criação de instrumentos econômicos para gestão ambiental com existência ou não de um limite para essas emissões. Não são os instrumentos econômicos, como a criação do mercado de carbono, que criaram o direito de um país emitir gases de efeito estufa. Esse direito sempre existiu, e vai existir até que haja uma restrição. É exatamente a enorme dificuldade dos países aceitarem internamente metas de redução dessas emissões que torna o problema tão difícil.

Então, a existência ou não de restrições de emissões é prévia a qualquer sistema de pagamento por emissão. Quando se estabelecem sistemas de direitos transacionáveis de emissões ou de cobrança por emissão, se estabelece uma forma pela qual se consegue atingir uma meta através de um custo mais baixo, reduzindo a dificuldade política de aceitação dessa meta e tornando esse limite possível. Ninguémalaria hoje em metas internas de redução dentro dos países de emissão de gases de efeito estufa se não tivessem sido criados instrumentos econômicos, porque tornaria a conta mais cara. Quanto mais barata for esta conta, maior é a chance das nações aceitarem o controle efetivo das emissões. Nesse sentido, elas são um avanço, mas, claramente insuficiente, porque o processo de tomada de decisão reflete a real preocupação da sociedade, que ainda está longe de colocar as questões ambientais no topo de suas prioridades.

IHU On-Line - Um dos temas previstos para discussão em Copenhague é a preservação das florestas. Os países discutem a possibilidade de garantir a preservação da Amazônia através de créditos de carbono válidos nos mercados de carbono mundiais. Essas medidas podem trazer resultados satisfatórios para o Brasil?

Carlos Eduardo Young - O mercado de créditos de carbono é um instrumento auxiliar no processo de mudança de tomada de decisões. Por isso, embora seja um avanço, será insuficiente se não for revertido o processo de ocupação da Amazônia e do Cerrado.

Há uma série de estudos que demonstram que o ganho social dessas áreas conservadas através dos serviços ecossistêmicos que elas proveem é superior ao ganho social que se tem quando converge para o uso alternativo. Então, o valor social de uma floresta em pé é maior que o valor social de um pasto. Para isso, é preciso uma equação financeira que seja mais favorável à conservação, porque hoje vivemos o problema de que do ponto de vista financeiro é muito mais favorável para o fazendeiro queimar florestas e colocar um boi a cada hectare. A Ama-

zônia tem uma média de ocupação de pasto que é da ordem de 0,7 animais por hectare.

A ideia do mecanismo compensatório é de que se um país produz um serviço ambiental, como a conservação do carbono florestal, ele deveria receber um valor por esse serviço, ou seja, um contrato que envolve a conservação desta área como uma forma de compensar financeiramente e tornar a equação menos desfavorável para a conservação. Agora, isso será inócuo se os demais elementos que são precisos para a conservação não forem adotados, como, por exemplo, os inú-

“A posição brasileira sempre foi de excluir as florestas dos acordos climáticos, até que, recentemente, pressões externas e internas, inclusive dos governadores da Amazônia e mesmo do Ministério da Fazenda, acabaram obrigando uma mudança na postura do Governo Federal”

meros incentivos para a expansão da pecuária e cultivo extensivos.

É preciso consistência de políticas públicas como interromper créditos subsidiários para agricultores que não respeitam as normas ambientais. Não faz sentido nenhum imaginar um sistema de crédito de carbono para compensar algum tipo de ação dos fazendeiros se ao mesmo tempo há um estímulo a mantê-los predatórios. Então, os créditos de carbono podem ser uma solução se um ambiente ins-

titucional e econômico for montado e que favoreça uma estratégia de longo prazo.

Outro ponto importante é valorizar os ecossistemas pelos outros serviços ambientais que geram, além do carbono. O Brasil é, de longe, a maior potência mundial em termos de biodiversidade, mas ainda permitimos a destruição dessa riqueza natural em troca de praticamente nada. Isso vale também para as áreas com baixa densidade arbórea, como os campos sulinos. No Rio Grande do Sul, há hoje um problema ao reverso da Amazônia: plantações de árvores exóticas, como eucalipto, em áreas naturais de campo gerando um problema sério para a biodiversidade local. Répteis que precisam do calor da luz para se aquecer estão sendo deslocados dessas áreas porque elas são sombreadas pelas plantas exóticas.

Então, um elemento fundamental é a mudança da forma pela qual vamos ocupar o nosso espaço e as áreas cobertas por vegetação nativa, sejam essas áreas de alta densidade arbórea, como é o caso da Mata Atlântica e da Amazônia, sejam áreas de menor densidade arbórea como o Cerrado, a caatinga e os campos sulinos.

IHU On-Line - Como se dará, para o senhor, a correlação floresta-clima na agenda de mudanças climáticas? O tema ganhará relevância em Copenhague?

Carlos Eduardo Young - Florestas são sistemas complexos que envolvem uma série de atributos que afetam consideravelmente a nossa sociedade. Um deles é o carbono.

Há mais de 10 anos, um grupo de pessoas está reclamando sistematicamente de que a posição adotada na Convenção do Clima até agora, com o apoio explícito dos negociadores brasileiros, de não incluir a conservação de florestas nativas nos mercados de crédito de carbono, é impossibilitar avanços concretos para reduzir o aquecimento global. Mas agora ficou evidente que a magnitude do problema é tão grande que fica impossível discutir qualquer acordo climático sem considerar os 20% anuais de emissões

“Quantos milhões de hectares de desmatamentos poderiam ter sido evitados se ainda na década de 90, quando foi implementado o Protocolo de Kyoto, tivéssemos atentado para esse problema”

globais que são oriundos de degradação florestal, de queimadas e desmatamentos.

A posição brasileira sempre foi de excluir as florestas dos acordos climáticos, até que, recentemente, pressões externas e internas, inclusive dos governadores da Amazônia e mesmo do Ministério da Fazenda, acabaram obrigando uma mudança na postura do Governo Federal. Mas para isso têm que vencer a resistência do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Itamaraty, que não conseguem enxergar a conservação da floresta como estímulo ao desenvolvimento. Felizmente a maré está começando a mudar. Lamento o tempo que se demorou para que esse tipo de decisão fosse tomada. Quantos milhões de hectares de desmatamentos poderiam ter sido evitados se ainda na década de 90, quando foi implementado o Protocolo de Kyoto,¹ tivéssemos atentado para esse problema. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente acabou sendo excluído no processo de tomada de decisão da mudança climática.

Debate das florestas em Copenhague

A inclusão das florestas na Convenção do Clima faz com que haja uma nova discussão. Então, é bem possível que haja algum acordo internacional. Mas repito:

¹ O Protocolo de Kyoto é consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto Conference on the Changing Atmosphere, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo IPCC's First Assessment Report em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992). Também reforça seções da CQNUMC. Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênicas do aquecimento global. (Nota da IHU On-Line)

qualquer acordo internacional em relação a clima só será internalizado se adotarmos novas percepções de ocupação da floresta. É inviável esse discurso climático e manter, por exemplo, um estímulo ao desmatamento como tem sido feito para beneficiar alguns poucos proprietários de grandes terras como se pretende com a alteração do Código Florestal.²

Se esse desmatamento estivesse ocorrendo para resolver os problemas sociais do país, tudo bem. Mas quando observamos as consequências a médio e longo prazo, percebemos o contrário. Cria-se um enorme dano e não se transforma nada. O Brasil tem mais de 500 anos de ocupação portuguesa que se iniciou em larga escala com a queima de florestas da Mata Atlântica para cultivo de cana-de-açúcar em regiões que hoje são consideradas as mais atrasadas do país como a zona da mata atlântica litorânea do nordeste: Pernambuco e Alagoas. O índice de desenvolvimento do interior de Alagoas está entre os piores do Brasil. Qual foi o benefício deste desmatamento? Por que será diferente na Amazônia?

LEIA MAIS...

Young já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. O material está disponível na nossa página eletrônica (www.ihu.unisinos.br).

• *Um olhar econômico sobre as mudanças climáticas.* Entrevista publicada na edição número 171, de 13-03-2006, intitulada *A vingança de Gaia. Mudanças climáticas e a vulnerabilidade do planeta.* Disponível no link <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158351353.43word.doc>.

² Sobre o Código Florestal Brasileiro leia no sítio do IHU as notícias “Código Florestal será bandeira de ruralistas”, de 19/10/2009, disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=26727 e “Código Florestal. Ruralistas vencem primeira batalha”, de 15/10/2009, http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=26602 (Nota da IHU On-Line)

PARTICIPE DOS EVENTOS DO IHU

PROGRAMAÇÃO DISPONÍVEL NO SÍTIO DO IHU - WWW.IHU.UNISINOS.BR

Preservação florestal pode conter aquecimento global

Na opinião de Paulo Moutinho, as previsões do relatório do IPCC de 2007 estão defasadas e, dois anos depois, a situação climática alardeada pelos cientistas é ainda mais grave

POR PATRICIA FACHIN

Com o avanço do desmatamento na Amazônia, não se terá chuva suficiente para abastecer a agricultura no centro oeste e sudeste do Brasil, além de falta de água para preencher hidrelétricas, disse Paulo Moutinho, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, em entrevista concedida, por e-mail, para a IHU On-Line. Segundo ele, a redução do desmatamento de florestas tropicais é um dos pontos fundamentais para tentar evitar a catástrofe climática. A combinação de desmatamento com o avanço da mudança climática “gera uma situação de agravamento mais rápido e intenso da mudança climática regional, continental (Américas) e global”, adverte. Na entrevista que segue, Moutinho aponta os indígenas como guardiões da floresta e explica que o modo de vida da comunidade prima pela conservação florestal. “Na Amazônia brasileira, os povos da floresta detêm cerca de 30% do estoque de carbono da região. É neles que devemos investir para que continuem a exercer seu papel de protetores da floresta”, sugere.

Moutinho é doutor em Ecologia e há quinze anos trabalha na Amazônia e atua também como professor orientador de pós-graduação da Universidade Federal do Pará. Participa desde 2000 das discussões internacionais sobre mudança do clima no âmbito da Convenção da ONU de Mudança Climática. Nos últimos anos estuda alternativas de desenvolvimento para a Amazônia. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que novos assuntos se tornaram indispensáveis em relação às mudanças climáticas desde o último relatório do IPCC?

Paulo Moutinho - Dois pontos cruciais surgiram do relatório do IPCC.¹ Primeiro, que não há mais dúvidas de que o aquecimento global está em curso e que é causado pela ação do homem. Segundo, se não reduzirmos o desmatamento tropical (responsável por 10, 15% das emissões globais de gases de efeito estufa), não conseguiremos evitar as tais mudanças perigosas no

clima global. Tais mudanças têm uma chance grande de acontecer se passarmos da concentração de 450ppm (partes por milhão) de CO₂ na atmosfera (estamos em 378ppm), o que está previsto para 2100 caso continuemos poluindo a atmosfera como no passado.

IHU On-Line - Em que medida o debate floresta-clima se torna imprescindível na agenda de mudanças climáticas? Para o senhor, o tema ganhará relevância em Copenhague?

Paulo Moutinho - A redução do desmatamento tropical é fundamental para a “habitabilidade” do planeta. Além disso, as florestas tropicais, especialmente a amazônica, têm influência fundamental no clima regional e continental e, por sua vez, sofre influência da mudança climática global. Florestas tropicais terão, portanto, relevância fundamental em Copenhague. Os debates se darão em torno do que se convencionou chamar de REDD - Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal. REDD certamente fluirá

para um mecanismo que compense financeiramente aqueles países que fizerem esforços de redução de desmatamento em seus territórios. Será um meio de dar valor à conservação florestal, beneficiando aqueles que estão lá na ponta protegendo a floresta.

IHU On-Line - O senhor disse em uma entrevista que a principal contribuição para o agravamento da mudança climática ou do aquecimento global resulta do uso de combustíveis fósseis. Nesse sentido, quais as implicações das reservas de pré-sal para a emissão de gases? A postura brasileira de investir nessas reservas está na contramão das metas de redução de emissão de gases?

Paulo Moutinho - Certamente o grande vilão da mudança do clima são os combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral). Entre 80 e 90% das emissões de gases que aquecem o planeta provêm da queima destes combustíveis. Eliminar a dependência de combustíveis fósseis é um dos

¹ Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC): órgão das Nações Unidas responsável por produzir informações científicas em três relatórios que são divulgados periodicamente desde 1988. Os relatórios são baseados na revisão de pesquisas de 2500 cientistas de todo o mundo. O documento divulgado pelo IPCC em fevereiro de 2007 afirmou que os homens são os responsáveis pelo aquecimento global. Sobre o tema, a IHU On-Line 215 produziu uma edição especial, intitulada *Estamos no mesmo barco. E com enjôo. Anotações sobre o relatório do IPCC*. O sítio do IHU tem dado ampla cobertura ao tema. No endereço eletrônico (www.unisinos.br/ihu), podem ser acessadas entrevistas sobre o assunto. (Nota da IHU On-Line)

grandes desafios da humanidade. Portanto, o caminho correto será investir pesado em tecnologias para energias renováveis. É claro que isto não se faz do dia para noite, embora o Brasil tenha avançado muito em energias alternativas. O álcool combustível é um exemplo. O mais importante, contudo, é que uma redução absoluta das emissões dos países, no caso, do Brasil, se inicie o mais rapidamente possível e de maneira contundente. É neste contexto que devemos encarar o pré-sal. Ou seja, que esta riqueza venha ajudar, de uma forma ou de outra, a redução das emissões brasileiras como um todo. Isto pode se dar através de recursos para encontrar e implementar tecnologias que tornem o setor industrial e energético mais eficientes, e que recursos possam também gerar redução do desmatamento, conservação florestal e distribuição de renda para aqueles que protegem os recursos florestais. Isto tudo deve acontecer de modo que a emissão gerada pelo pré-sal possa ser “absorvida” ou compensada pela redução de emissões de outros setores da economia. Agora, se vai ser assim, é difícil avaliar. Se seguirmos outro rumo, estaremos sim na contramão da história.

IHU On-Line - Quais são suas perspectivas em relação ao Brasil se a Amazônia continuar sendo desmatada? Que implicações diretas ocorrem no país, além da contribuição para aumentar as emissões de gases na superfície, e como isso pode agravar a situação do clima?

Paulo Moutinho - Há várias consequências se seguirmos com o desmatamento. Primeiro, é preciso entender que a combinação do desmatamento com o avanço da mudança global do clima gera uma situação de agravamento mais rápido e intenso da mudança climática regional, continental (Américas) e global. Se continuarmos derrubando a mata na Amazônia, mas não só lá, também no cerrado, que perde uma área maior que a amazônica via desmatamento, nós intensificaremos os períodos de seca na região. Mais seca trará mais incêndios florestais que emitirão mais gases para

“Para se ter uma ideia, quase 5 bilhões de dólares viraram cinzas em 1998 devido ao fogo da floresta e queimadas que atingiram a agricultura. Na saúde, os prejuízos resultantes da fumaça foram da ordem de 10 milhões de dólares”

a atmosfera, fazendo o problema da mudança do clima maior ainda. Seca e incêndios poderão trazer prejuízos enormes para o Brasil e para o mundo. Para se ter uma ideia, quase 5 bilhões de dólares viraram cinzas em 1998 devido ao fogo de florestas e queimadas que atingiram a agricultura. Na saúde, os prejuízos resultantes da fumaça foram da ordem de 10 milhões de dólares. Embora haja muita incerteza científica, há chances de que, sem a floresta, não se tenha chuva suficiente para abastecer a agricultura no centro oeste e sudeste do país ou encher os lagos de hidrelétricas na Amazônia e fora dela. Os prejuízos sociais neste contexto são incalculáveis.

IHU On-Line - O senhor alerta para a importância das comunidades indígenas tradicionais na manutenção do clima global. Pode nos explicar melhor essa ideia? Como estas populações podem ser potenciais beneficiários dos acordos internacionais para o enfrentamento das mudanças climáticas?

Paulo Moutinho - Os indígenas, bem como as populações tradicionais, podem ser encarados como os guardiões da floresta. Seu modo de vida tradicional prima pela conservação florestal. Floresta é carbono em essência. Se perturbada, libera este carbono na forma de CO₂, o principal gás de efeito estufa. Na Amazônia brasileira, os povos da floresta detêm cerca de

30% do estoque de carbono da região. É neles que devemos investir para que continuem a exercer seu papel de protetores da floresta.

IHU On-Line - Como as tradições das populações indígenas podem contribuir para a concepção de uma nova formação educacional, no sentido de respeitar o meio ambiente e a diversidade e resgatar o amor pela Terra?

Paulo Moutinho - Acho que temos muito que aprender com os povos indígenas. A sabedoria com que encaram a floresta, os conceitos que detêm sobre a vida, o desenvolvimento e o que é e não é importante pode nos trazer muitas lições neste contexto de mundo aquecido. Certamente, teremos que avançar num desenvolvimento para estas populações, desenvolvimento este realizado e idealizado por eles. Todos precisam de apoio financeiro, saúde, educação e acesso à informação. Se assim for, teremos muitas vantagens no que se refere a um planeta minimamente saudável no futuro.

IHU On-Line - A perspectiva do encontro em Copenhague é acertar um novo acordo climático para suceder o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. Que acordos são fundamentais a partir desse momento para atingir as metas em relação às mudanças climáticas?

Paulo Moutinho - Na verdade, temos que lembrar que o que expira não é o Protocolo de Kyoto, e sim o primeiro compromisso do Protocolo, que deverá ser aprimorado a partir de Copenhague. No âmbito da Convenção da ONU sobre Mudança Climática, REDD é talvez o assunto mais quente, e teremos em Copenhague alguma resolução sobre o assunto. O fundamental para o período pós-2012 é que os países, especialmente os desenvolvidos, possam assumir metas realmente ambiciosas e necessárias para enfrentar a deterioração do clima global. Este número gira em 40% de redução de emissões nos países ricos, sendo esta obrigatória.

IHU On-Line - Qual sua avaliação em relação ao Plano Nacional de Mudanças Climáticas do Brasil, aprovado em

“A redução do desmatamento tropical é fundamental para a ‘habitabilidade’ do planeta”

dezembro de 2008? Qual tem sido a contribuição prática do país em relação ao desmatamento e a participação de combustíveis fósseis na geração elétrica? E quais são também os desafios?

Paulo Moutinho - O Plano Nacional de Alterações Climáticas (PNAC)² foi com certeza um avanço. Embora não explicita como será implementado, o plano inova ao assumir algumas metas (ou objetivos como quer o governo brasileiro) importantes, como a de redução do desmatamento (80% de redução até 2020). Já reduzimos bastante o desmatamento, embora as taxas atuais ainda sejam escandalosas. Esta redução foi importante, pois a maior contribuição do Brasil para as emissões globais de gases estufa provém do desmatamento, especialmente aquele na Amazônia. Por ter uma matriz energética relativamente limpa, o Brasil, neste quesito, contribui pouco se comparado aos países ricos e também a China e Índia, os dois outros grandes países em desenvolvimento. O desafio maior agora é manter as taxas de desmatamento em queda, pois, sabe-se que parte da redução destas taxas foi devido à crise econômica mundial que afetou os preços de carne e soja, particularmente. Se tivermos uma melhora na economia mundial, e as taxas seguirem caindo, teremos vencido, pelo menos por enquanto, o dragão do desmatamento por ações de governo e da sociedade brasileira. Ações de controle já demonstraram que é possível produzir quedas grandes nas taxas de desmatamento em algumas regiões da Amazônia. Portanto, há esperança, embora tenhamos assistido o ataque à legislação ambiental por parte dos parlamentares no congresso. Se isto avança, o risco de perdermos o que conseguimos até agora de controle sobre o desmata-

mento será grande. A sociedade precisa exigir o fim do desmatamento.

IHU On-Line - Estudos revelam que as previsões feitas em 2007 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC já estão sendo semelhantes ou superadas. Em sua opinião, se não chegar a um acordo em Copenhague com relação às metas de emissão, mudanças mais extremas podem acontecer? O que, por exemplo?

Paulo Moutinho - As previsões do IPCC estão sim defasadas. O quadro é pior do que o alardeado pelos cientistas no relatório de 2007. Isso traz um sentido de urgência. É nesta urgência que está calcada parte da esperança de que um bom acordo seja alcançado em Copenhague. Caso contrário, vamos assistir cada vez mais eventos extremos e serão frequentes e intensos. Secas, chuvas torrenciais, furações, quebra de safra etc.

IHU On-Line - Outro estudo do Instituto Internacional de Pesquisas de Política Alimentar (IFPRI) prevê escassez de alimento em todo o mundo por volta de 2050, o que irá ocasionar a alta dos preços dos alimentos básicos como trigo, soja e arroz. O senhor compartilha dessa ideia? Que relações estabelece entre mudanças climáticas e escassez de comida e água?

Paulo Moutinho - A escassez de alimento é possível sim. Principalmente naqueles países cuja agricultura é rudimentar, e a capacidade de adaptação é baixa, como em muitos países da África. Não sei bem ao certo sobre o que acontecerá com os preços no nível regional ou nacional, mas é bem provável que haverá um agravamento da fome no mundo. Caso não consigamos barrar o avanço da mudança do clima, estaremos confirmando a nossa incapacidade, seja por ganância ou ignorância, de preservarmos a nós mesmos.

CONHEÇA AS OUTRAS PUBLICAÇÕES DO IHU
ACESSANDO O SÍTIO WWW.IHU.UNISINOS.BR

² Plano Nacional para as Alterações Climáticas: tem como objetivo controlar e reduzir as emissões de gases com efeito estufa, respeitando os compromissos de Portugal no Protocolo de Quioto. (Nota da IHU On-Line)

Mudanças climáticas devem consumir 3% do PIB mundial

Segundo o jornalista Washington Novaes, o planeta Terra irá elevar sua temperatura em pelo menos 3 graus Celsius

POR GRAZIELA WOLFART E PATRICIA FACHIN

Em tese, antes mesmo da Conferência do Clima acontecer em Copenhague, há um consenso de que as emissões de gases precisam ser reduzidas em 80% nos próximos 40 anos, e metas ambiciosas para redução de 20% na próxima década. Mas, na opinião do jornalista Washington Novaes, os países ainda estão longe de chegar a um acordo na Conferência do Clima que acontece em Copenhague, no mês de dezembro.

Na entrevista que segue, concedida, por telefone, à **IHU On-Line**, Novaes lembra que os eventos extremos, causados pelas mudanças climáticas, além de atingir cerca de 300 milhões de pessoas no planeta, causaram prejuízos da ordem de 200 bilhões de dólares. O jornalista demonstra preocupação especial em relação ao aumento do nível do mar e o degelo polar. Adepto das análises do ex-economista Nicholas Stern, Novaes informa que 1% ao ano do PIB mundial, o que equivale a 600 bilhões de dólares, não será mais suficiente para conter os prejuízos das mudanças climáticas. A estimativa é de que o valor alcance 1,8 trilhão de dólares, o equivalente a 3% do PIB mundial. Do contrário, alerta, “enfrentaremos a mais grave recessão da história, pior que a da década de 30”.

Graduado em Direito, jornalista e ambientalista, Washington Novaes já atuou em várias publicações brasileiras. Ganhou prêmios como O Prêmio de Jornalismo Rei de Espanha, o troféu Golfinho de Ouro e o Prêmio Esso Especial de Meio Ambiente. Atualmente, é colunista dos jornais *O Estadão* e *O Popular*, de Goiânia. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Diante do último relatório do IPCC, que aspectos se tornaram indispensáveis em relação às mudanças climáticas?

Washington Novaes - Essa continua sendo uma discussão sobre o nível de problemas que teremos de enfrentar e o nível de providências. O relatório do IPCC de 2006 anunciava que se a temperatura não fosse contida em dois graus ao longo deste século, teríamos elevações do nível do mar de 59 centímetros e uma intensificação muito grande de desastres. Depois disso, as discussões têm avançado muito e hoje já se fala de elevações em até um metro no nível do mar. De lá para cá têm se intensificado as informações sobre um ritmo muito maior de derretimento dos gelos polares. Recentemente, o secretário geral da ONU disse que eles (gelos) podem desaparecer até 2030. Também alertou sobre a perda de gelo nas montanhas do Himalaia e dos Andes, criando problemas muito mais prementes.

Os últimos relatórios também revelam que, no ano passado, os eventos extremos atingiram 300 milhões de pessoas no mundo, mataram dezenas de milhões, e os prejuízos foram de mais de 200 bilhões de dólares. Isso mostra que temos um agravamento do quadro anunciado em 2006. Além disso, Nicholas Stern, ex-economista chefe do Banco Mundial, que fez um estudo sobre a economia e clima para o governo britânico, atualizou suas previsões de 2006 e as tornou muito mais pessimistas. Ele disse que nós não temos uma década como ele pensava para enfrentar a questão do clima, que o tempo é muito menor e que o custo disso não será de apenas 1% ao ano do PIB mundial, o que equivale a 600 bilhões de dólares, e sim 2 ou 3% ao ano, algo em torno de 1,8 trilhão de dólares. Ele diz que se não fizermos isso, enfrentaremos a mais grave recessão da história, pior que a da década de 30. Então, desde 2006, há um agravamento desse quadro das mu-

danças climáticas, inclusive no Brasil, onde esses eventos extremos estão se tornando cada vez mais frequentes e graves como temos visto em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e nordeste.

IHU On-Line - Ambientalistas apontam para a necessidade de preservar as florestas como fenômeno importante para conter as mudanças climáticas. Copenhague pode representar um avanço nesse sentido?

Washington Novaes - Há uma discussão em andamento: uma parte das pessoas defende que deve haver um pagamento pela conservação da floresta; quem conservá-la irá receber um pagamento. Tudo isso é muito complicado porque como o Brasil não aceita compromissos de redução das emissões, e sim metas voluntárias, fica difícil saber quem irá financiar isso sem uma obrigação clara definida. O próprio programa que o governo brasileiro apresentou, dizendo que irá reduzir em 40% as emissões na Amazônia com o desmatamento, toma

por base um período de 1995 a 2006, o que significa que na verdade isso já aconteceu.

IHU On-Line - O encontro em Copenhague pode produzir um acordo que fará diferença nas emissões de gases ou o evento apenas será uma repetição de Kyoto?

Washington Novaes - Recentemente, o próprio secretário geral da convenção, Yvo de Boer,¹ disse que ainda estamos bastante longe do acordo. O documento sobre o qual se discute e que será a base em Copenhague, diz ele, ainda está com 200 páginas e precisa ser reduzido a 30. Isso significa que cada país está colocando no documento a posição que defende, e essas “opiniões” ficam sempre entre colchetes, como se diz na linguagem diplomática, ou seja, aquilo que não tem consenso ainda.

Em tese, há um consenso de que, até 2050, as emissões precisam ser reduzidas em 80%. E quase um consenso de que, até 2020, essas emissões devem atingir 40% pelo menos sobre os níveis de 1990. A partir daí, as discussões são muito fortes com os chamados países emergentes como Brasil, China, Índia, México e África do Sul. Eles alegam que essa responsabilidade deve caber aos países industrializados que emitem mais e há mais tempo, e que os emergentes não poderiam assumir compromissos de reduzir emissões porque isso poderia comprometer o seu desenvolvimento, o que também é discutível. Os países desenvolvidos, em contrapartida, argumentam que se os emergentes não assumirem compromissos de redução, não se conseguirá nada porque, neste momento, o mundo em desenvolvimento já consome mais energia e emite mais que o primeiro mundo. Mas aí entram outras discussões como a da China que questiona o seguinte: os responsáveis devem ser os países que consomem ou os que produzem bens que geram emissões? Nesse caso, os EUA consomem 35% dos produtos industriais chineses. Onde

¹ Yvo de Boer: secretário executivo da Convenção do Clima da ONU. Confira a entrevista “Enterrar” carbono ainda não é uma opção factível, diz Boer, publicada nas Notícias do Dia 02-12-2007, do site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. (Nota da IHU On-Line)

“Os países desenvolvidos, em contrapartida, argumentam que se os emergentes não assumirem compromissos de redução, não se conseguirá nada porque, neste momento, o mundo em desenvolvimento já consome mais energia e emite mais que o primeiro mundo”

deve ser a taxação, por exemplo, dos vôos internacionais: nos países de origem ou destino? Essas são discussões complicadas e, para complicar mais, a Agência Internacional de Energia diz que não haverá como conter o aumento da temperatura em 2 graus, chegaremos a pelo menos 3 graus.

IHU On-Line - O Brasil já argumentou que não irá reduzir a emissão de gases entre outros motivos porque corre o risco de afetar o desenvolvimento econômico. Esse argumento é válido? Em alguma medida, a sustentabilidade do meio ambiente interfere no crescimento econômico?

Washington Novaes - Depende de que desenvolvimento econômico se trata. Se for um desenvolvimento de crescimento da economia a qualquer preço, é possível que se defina que obras devem ou não serem feitas. Agora, depende do tipo de desenvolvimento que se possa escolher.

Sempre lembro o fato de que os EUA, depois da segunda crise do petróleo em 1973, assustados com a possibi-

lidade de o Oriente Médio bloquear o fornecimento de petróleo, colocaram em prática um plano de conservação e redução de energia consumida. Com isso, durante 15 anos, não aumentaram em um só quilowatt o consumo de energia e, portanto, de emissões. Durante esse período, o produto econômico continuou crescendo: cresceu 40%. O Brasil precisa olhar para esse exemplo, inclusive porque estudos da WWF² mostram que o país pode economizar 50% no consumo de energia que tem hoje e ganhar 30% com conservação de energia e eficiência energética, tal como fez com o apagão, em 2001, sem prejuízo para ninguém, a não ser para as geradoras de energia.

Poderia ganhar mais 10% com a reoperação de usinas com geradores antigos e faria isso a um custo muitas vezes menor do que com a construção de uma nova usina. Ganharia mais pelo menos 10%, reduzindo perdas nas linhas de transmissão, que chegam a 17%, enquanto na Europa equivale a 5% e no Japão, 1%. Mas o Brasil continua querendo investir fortunas em usinas hidrelétricas e - o que é pior -, em termelétricas movidas a carvão. Nos últimos leilões de energia, as termelétricas entraram com 40% e elas são altamente poluidoras, inclusive as movidas a carvão mineral. Esse mesmo estudo da WWF mostra ainda que apenas a energia eólica tem potencial para atender a todo o consumo brasileiro de hoje. Tudo isso depende do tipo de desenvolvimento que se tenha.

IHU On-Line - Quando se trata de discutir medidas e ações para diminuir a emissão de gás carbônico, as medidas de redução devem ser iguais para países desenvolvidos e para os em desenvolvimento?

Washington Novaes - Até o Brasil já se

² WWF: inicialmente World Wildlife Fund, e depois World Wide Fund for Nature, é uma das mais conhecidas ONGs ambientalistas do planeta, tendo iniciado suas atividades em 1961, por iniciativa de um grupo de cientistas da Suíça preocupados com a devastação da natureza. A partir da sede na Suíça a entidade se tornou uma rede mundial de defesa do meio ambiente, com representações nos principais países do mundo. A rede é apoiada por pessoas de origens diferentes, preocupadas com o mesmo objetivo: garantir a preservação do planeta. (Nota da IHU On-Line)

esqueceu de que, em 1997, na discussão do Protocolo de Kyoto, a delegação brasileira apresentou um projeto para que a redução das emissões fosse calculada da seguinte forma: primeiro, verificar quanto cada país já emitiu e contribuiu para a concentração de gases na atmosfera; segundo, calcular quanto isso representa do total e como isso contribuiu para o aumento da temperatura. Essa tese foi aprovada em Kyoto, mas, depois, todos esqueceram disso, inclusive o Brasil. É fácil calcular qual deve ser a responsabilidade de cada um com justiça e equidade.

IHU On-Line - Qual é sua percepção sobre o mercado global de créditos de carbono e também sobre a possibilidade de se criar um imposto direto sobre as emissões?

Washington Novaes - A questão do mercado de carbono está dependendo de várias coisas. Ela é consequência do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL³) criado no Protocolo de Kyoto, e que permite a um país industrializado financiar um projeto que reduza emissões em outro país e contabilizar essa redução na sua contabilidade própria. É um mecanismo que tem muitos defensores, os quais alegam que isso é bom porque, num conjunto, reduz as emissões. Os críticos dizem que é um mecanismo de estímulo para os países desenvolvidos não reduzirem as suas emissões, porque eles continuam emitindo e pagando a outros países. Esse mecanismo também depende muito de valores de mercado: a tonelada de carbono chegou a ser cotada nos mercados internacionais a 90 dólares e depois caiu para 5 dólares. A última notícia que eu vi mencionava que a tonelada estava custando 12 dólares. Então, a continuação desse mecanismo vai depender do que aconteça em Copenhague, quer dizer, vai haver uma continuidade desse mecanismo num novo acordo mundial do clima ou ele se esgotará com o protocolo de Kyoto? Isso terá muita influência. O panorama

³ Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL): um dos mecanismos de flexibilização criados pelo Protocolo de Quioto para auxiliar o processo de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) ou de captura de carbono (ou sequestro de carbono) por parte dos países do Anexo I. (Nota da IHU On-Line)

“Há uma euforia em torno do pré-sal que deveria ser repensada porque são muitas as questões que envolvem o produto. A primeira delas é saber se o preço dele será suficiente para permitir a perfuração e extração”

ainda é incerto, como é incerto também o preço no mercado internacional, que depende muito dos rumos da crise econômica.

IHU On-Line - As últimas notícias mostram que a recessão econômica ajudou a reduzir a emissão de gases. É possível dar continuidade a esse processo de redução?

Washington Novaes - A redução não foi na direção de que se conseguiram ter unidades de produção menos poluentes. A redução aconteceu em função da redução de atividades. Então, como reduziram as atividades, reduziram as emissões. Se a economia vai caminhar em direção a unidades menos poluentes vai depender do acordo que se tenha ou não em Copenhague e o que isso exigirá de cada país e setor.

IHU On-Line - Em que medida os indígenas podem ajudar na contenção da emissão dos gases estufas, permanecendo nas florestas? Como seus costumes podem nos ajudar a ouvir o clamor da Terra?

Washington Novaes - Todos os estudos sobre conservação da biodiversidade do Brasil mostram que a colaboração dos grupos indígenas já é muito grande. Todos dizem que o melhor caminho para a conservação da vegetação e da biodiversidade está nas áreas indígenas por três motivos: primeiro, porque o nível de consumo nessas áreas é muito

pequeno se comparado com as pessoas que vivem na civilização industrial; segundo, porque são populações pequenas e, terceiro, porque enquanto elas vivem na força da sua cultura, tentam não sobrecarregar o entorno das suas aldeias para não perder a vegetação. Então, as áreas indígenas já são apontadas como o melhor caminho para a preservação da vegetação, não-desmatamento, embora estejam vivendo situações muito difíceis.

IHU On-Line - O professor Célio Bertran, da USP, já advertiu, como o senhor mesmo citou em artigo recente (Emissões por veículos seguem na contramão, publicado pelo site do Instituto Humanitas Unisinos em 18-08-2009, disponível para download em http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=25833), que o petróleo contido nas reservas de pré-sal pode significar a emissão de 33 bilhões a 62 bilhões de toneladas de dióxido de carbono. Quais os impactos do pré-sal para o meio ambiente, considerando as informações catastróficas em relação às mudanças climáticas?

Washington Novaes - Há uma euforia em torno do pré-sal que deveria ser repensada porque são muitas as questões que envolvem o produto. A primeira delas é saber se o preço dele será suficiente para permitir a perfuração e extração, porque há um nível mínimo de preço abaixo do qual o pré-sal não é viável economicamente. Foram publicados muitos números. O presidente da Petrobrás falou que com 45 dólares por barril o pré-sal é viável. Hoje, o petróleo está custando em torno de 60 dólares. A segunda questão é saber o que se fará com as emissões que o consumo desse petróleo irá gerar - elas serão muito mais altas do que o petróleo que se consome hoje.

A esperança das pessoas que trabalham nessa área é de que se viabilize a tecnologia de captura e sepultamento do carbono no lugar das emissões. Isso seria feito nas usinas de energia ou qualquer outro lugar que consuma petróleo; as emissões seriam capturadas e, através de grandes dutos, leva-

das para o fundo do mar ou da terra. O Painel Intergovernamental do Clima analisou esta questão e fez uma análise preliminar, disse que, tecnicamente, esse processo é viável, mas há muitas questões a responder. É preciso saber o que pode acontecer no fundo da terra em termos geológicos, sismológicos e em termos de recursos hídricos. No fundo do mar, diz esse relatório, os especialistas em biodiversidade marinha são unânimes em afirmar que seria um desastre pôr isso no fundo do mar, porque lá as emissões não têm como ser contidas, se espalhariam e causariam um desastre na biodiversidade marinha. Então, todas essas questões ainda cercam a questão do pré-sal, precisam ser mais discutidas e apontar um rumo mais concreto, sobre o qual a sociedade possa opinar e decidir.

IHU On-Line - O senhor disse que cada boi emite em média 58 quilos de metano por ano no processo de ruminação (ver http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=24358). Que alternativa o senhor propõe para reduzir a emissão desses gases? É o caso da sociedade adotar o vegetarianismo, pensar outras formas de consumo ou há outra alternativa?

Washington Novaes -Têm países que estão tentando o caminho de novas tecnologias e novos formatos de alimentação para reduzir essas emissões: a Alemanha e Suíça estão tentando acrescentar certos insumos químicos à ração do gado para diminuir a emissão de metano. Chegou a ser divulgada uma notícia - embora eu não tenha visto maiores detalhes - de que a adição de olho de peixe consegue uma redução de 25% nas emissões. Também a Nova Zelândia está estudando a possibilidade de impor uma taxa por tonelada de metano emitida pelo gado bovino. A Embrapa, no Brasil, também está tentando criar variedades de capim que emitam menos metano no processo de ruminação, mas não sei quais são os resultados disso. Nos EUA, a Agência de Proteção Ambiental recomendou que se estude essa questão para verificar os impactos.

Há uma outra novidade - embora a área de estudos químicos a quem eu

“Têm países que estão tentando o caminho de novas tecnologias e novos formatos de alimentação para reduzir essas emissões: a Alemanha e a Suíça estão tentando acrescentar certos insumos químicos à ração do gado para diminuir a emissão de metano”

tenho consultado diz que não conhece ainda nenhuma modificação -, tenho a informação de que na última reunião do Painel Científico do IPCC, alguns cientistas levantaram a questão de que as reações do metano na atmosfera seriam um pouco diferentes das reações do dióxido de carbono. E essa relação de que uma tonelada de metano equivale a 23 toneladas de dióxido de carbono precisa ser revista. Houve até quem propusesse nessa reunião que a relação caísse para cinco. Então, uma tonelada de metano, ao invés de equivaler a 23 toneladas de carbono, equivaleria a cinco. Mas, não houve resolução tomada sobre isso ainda.

Quanto ao restante, penso que irá depender um pouco do ambiente político que vai definir quais serão as pressões em função do fato de um quilo de carne bovina exigir o uso de 15 mil litros de água. Tudo isso vai depender dessa evolução do panorama. O fato é que as pressões estão aumentando e também as pressões dos vegetarianos ou daqueles que simplesmente acham que deve ou eliminar ou consumir menos carne bovina e consumir outros tipos de carne que geram menos emissões como as de aves. A carne continua sendo um problema e a solução depende de muitos fatores.

IHU On-Line - Como o senhor inter-

preta as promessas em relação a veículos elétricos ou híbridos? Em que medida eles podem ser potências para amenizar as mudanças climáticas?

Washington Novaes - Isso vai depender da evolução do panorama político. Na verdade, os veículos híbridos que usam o combustível para dar a partida e depois usam motores elétricos já são previstos há pelo menos 15 anos. Lembro de ter lido os primeiros textos sobre isso numa revista científica norte-americana que dizia que a tecnologia já está disponível, mas o problema é que os produtores de veículos não querem adotar isso porque o lucro deles por unidade de produto cairia muito. Um veículo híbrido faria cair o lucro de 15 dólares de um veículo convencional por unidade para mil dólares por veículos híbridos.

A tecnologia tem evoluído bastante e começa a ganhar destaque nos carros japoneses. Mas, hoje, por exemplo, os carros brasileiros continuam usando uma tecnologia mais antiga que a dos carros europeus, por isso emitem muito mais. Acaba de ser feita essa nova resolução do Conama que permite a eles manter os mesmo níveis de emissões até 2013 e 2014. Então, tudo depende da evolução dos fatos e das políticas para saber o que vai acontecer.

LEIA MAIS...

>> Novaes já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line.

• *A biodiversidade, grande possibilidade brasileira, e os povos indígenas.* Entrevista publicada no sítio do IHU em 28-08-2008 e disponível no endereço http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=16333

* *Energias renováveis: a caminho da descentralização.* Entrevista publicada na Revista IHU On-Line edição 285, de 08-12-2008, disponível para download em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1492

* *Regras são fundamentais para a ampliação da matriz energética nacional.* Entrevista publicada na Revista IHU On-Line edição número 236, de 17-09-2007, intitulada *Energia para quem e para quem? A matriz energética do Brasil em debate*, disponível para download em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=693

Copenhague: oportunidade para combater o efeito estufa

Na opinião de Carlos Nobre, os impactos das mudanças climáticas, anunciados no último relatório do IPCC, em 2007, estão ainda mais exacerbados, e algumas previsões estão acontecendo de forma mais acelerada

POR PATRICIA FACHIN

A Conferência do Clima, que acontece em Copenhague, é uma oportunidade para os países de florestas tropicais participarem de forma mais ativa no combate às emissões de gases de efeito estufa. A opinião é do pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Carlos Nobre. Para ele, as florestas tropicais podem desempenhar um papel importante em Copenhague, principalmente porque há uma grande expectativa em relação a um avanço do surgimento do REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e por Degradação Florestal. “É obviamente muito importante que o Brasil, sendo o país que tem a maior área de floresta tropical do mundo e, historicamente, um emissor de altas taxas de desmatamento, lidere esse esforço”, menciona. A Conferência do Clima pode ser vista como uma oportunidade de corrigir um erro histórico do Protocolo de Kyoto: a não preservação das florestas tropicais no combate às mudanças climáticas. “Tudo leva a crer que surgirá algum mecanismo em Copenhague que permita que os países tropicais sejam compensados financeiramente por seus esforços continuados de reduzir as emissões provenientes dos desmatamentos”.

Na entrevista que segue, concedida, por telefone, à **IHU On-Line**, Nobre enfatiza que “o aumento da pecuária é obviamente a maior ameaça para o agravamento das mudanças climáticas” no Brasil, além de ser o maior responsável pelas emissões de gases de efeito. Nesse sentido, ele informa que nas reservas de pré-sal existe “uma quantidade muito grande de gás carbônico misturada ao petróleo”, e a exploração do produto pode contribuir ainda mais para o aquecimento global.

Nobre é doutor pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, EUA, presidente do Comitê Científico do Programa Internacional da Geosfera-Biosfera (IGBP) e membro do Grupo de Trabalho 2 do IPCC. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que aspectos do clima são mais graves neste momento?

Carlos Nobre - Três anos depois do relatório do IPCC, estamos observando que as conclusões se mantiveram inalteradas no sentido de que o senso de urgência que o IPCC transmitiu continua válido porque não houve nenhuma boa notícia; nada que o relatório indicou foi desmentido ou parece ser exagerado. Ao contrário, nos últimos três anos, notamos que a exacerbção das mudanças climáticas continuou, e algumas previsões aconteceram de forma mais acelerada do que o próprio estudo previa, como o mais rápido desaparecimento do gelo no oceano Ártico e o aumento do nível do mar. Esses fatores mostram com clareza que o aquecimento global existe, é inequí-

voco e, com enorme probabilidade, é causado pelo homem. Ejetamos todos os anos uma quantidade muito grande de gases na atmosfera, ela não consegue se autolimpar, e o efeito disso é um aquecimento da superfície.

IHU On-Line - A Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal - REDD é um dos assuntos que deve ganhar destaque no encontro do clima em Copenhague. Como se dará a correlação floresta-clima na agenda de mudanças climáticas?

Carlos Nobre - Nenhum setor pode ficar de fora do esforço global de redução das emissões. Desmatamentos tropicais, possivelmente, hoje, respondem por aproximadamente 10 e 15% das emissões globais, embora haja

incerteza em relação a esse número. De qualquer modo, é um valor significativo, praticamente o equivalente a toda a emissão do setor de transportes mundial, responsável por aproximadamente 14% das emissões. Então, não é uma emissão desprezível, ao contrário, é muito significativa e pode proporcionar aos países tropicais a oportunidade de colaborar com o esforço global.

As responsabilidades dos países são diferenciadas, mas, como a própria convenção destacou desde o seu surgimento em 1992, elas são comuns. A melhor maneira que os países tropicais, no seu conjunto, têm de contribuir para o exercício dessa responsabilidade é através da diminuição dos desmatamentos. Esse é principal

termo da equação das emissões dos países tropicais e também o principal termo das emissões brasileiras.

Portanto, esse assunto, que infelizmente não entrou no Protocolo de Kyoto - e isso foi um erro histórico muito grande -, está agora sendo reparado. Tudo leva a crer que surgirá algum mecanismo em Copenhague que permita que os países tropicais sejam compensados financeiramente por seus esforços continuados de reduzir as emissões provenientes dos desmatamentos. Então, há uma grande expectativa em relação a um avanço do surgimento do REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e por Degradação Florestal, que está ativamente em discussão pré-Copenhague. Vamos torcer que este mecanismo receba todo apoio e aprovação. É obviamente muito importante que o Brasil, sendo o país que tem a maior área de floresta tropical do mundo e, historicamente, um emissor de altas taxas de desmatamento, lidere esse esforço. Essa é uma maneira eficiente e efetiva do país colaborar com o esforço mundial de redução de emissões. As eventuais ações, como venda de crédito de carbono, podem ser uma alavanca importante - não única - e um novo modelo de desenvolvimento para as regiões de floresta tropical do Brasil.

IHU On-Line - A respeito disso, há um debate em torno das taxas de impostos entre os países que emitem gases e os que consomem produtos dos emissores. As taxas devem ser cobradas dos países que produzem ou dos que consomem?

Carlos Nobre - Essa é uma discussão complexa, mas o mundo tem muita experiência em desenvolver sistemas justos e equitativos de taxas em assuntos que envolvem movimentação transfronteiriça. Não é a primeira vez que irá se discutir um assunto que envolve algo que se movimenta e cruza uma fronteira nacional. Eu tenho dificuldade em oferecer uma solução, mas não vejo isso como um problema incontornável. É lógico que um país produtor de determinado insumo que irá gerar emissões em outro local não pode assumir sozinho as responsabilidades. Porém, os países importadores

também podem dividir as responsabilidades. Essa é uma negociação difícil e inevitável; terá de acontecer. Como distribuir de forma equitativa o ônus pelas emissões é algo muito importante e que precisa avançar sobre o abrigo da convenção climática. Espero que tenhamos avanços nesse sentido também em Copenhague.

IHU On-Line - Como as mudanças climáticas estão impactando o território brasileiro?

Carlos Nobre - Já temos mudanças climáticas no Brasil. Pessoas que têm mais de 50 anos e visitaram a zona costeira do país percebem que o nível do mar aumentou, e as praias encolheram. Só que este é um processo

“Já temos mudanças climáticas no Brasil. Pessoas que têm mais de 50 anos e visitaram a zona costeira do país percebem que o nível do mar aumentou, e as praias encolheram”

lento, e apenas através de boas medições conseguiremos determinar qual foi o avanço. As temperaturas também estão mais elevadas. Nas regiões sul e sudeste, onde as estações são mais marcantes e definidas, percebe-se que o número de noites frias tem diminuído. Esses são exemplos claros de que o frio é menos intenso, e as ondas de calor estão acontecendo cada vez mais. Também há evidências, pelo menos onde há boas observações meteorológicas, de que os fenômenos intensos como as chuvas já acontecem com mais frequência do que décadas atrás. Esse também é mais um sintoma do aquecimento global. Em geral, podemos esperar tempestades e ventanias mais intensas. Essas são maneiras de nos deixar muito certos do ponto de

vista científico de que as mudanças climáticas já estão afetando o clima do Brasil.

IHU On-Line - O Brasil ainda está bastante relutante em reduzir suas emissões em detrimento do crescimento econômico. Como analisa essa justificativa e o impasse entre diferentes setores?

Carlos Nobre - A posição do governo é muito mais avançada do que a posição de alguns setores econômicos que ainda têm uma visão conservadora. Se entendermos a posição do governo como aquela manifestada no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, percebemos que o plano indica uma série de ações para o país reduzir emissões, várias observações para os diversos setores buscarem adaptações às mudanças climáticas que se tornaram inevitáveis.

Parece-me que o governo em si tem uma ideia de que o Brasil seja um país fortemente engajado quanto ao aquecimento global nas suas diversas facetas. É lógico que quando se busca produzir um plano no elenco de ações, as resistências começam a ser mais visíveis. Então, alguns setores ainda são mais reticentes em adotar medidas concretas de redução das emissões e até mesmo de buscar adaptar-se às mudanças climáticas. O setor de geração de energia elétrica ainda continua produzindo planos, e usinas hidrelétricas estão sendo construídas hoje onde não se faz uma consideração adequada dos impactos que a mudança do ciclo hidrológico poderá ter na energia que a usina possa produzir. Pensar nas mudanças climáticas é importantíssimo quando se fala em construir uma usina que terá 100, 200 anos de vida útil, pois, as mudanças climáticas acontecerão muito fortemente nesse período. O setor ainda reluta em adotar medidas de adaptação ou de consideração das mudanças climáticas. Outros setores estão mais preocupados, como o da agricultura, que, nos últimos cinco anos, deixou de ignorar as mudanças climáticas e passou a pensar formas de adaptação às mudanças climáticas e fazer com que a agricultura brasileira continue pujante.

IHU On-Line - De que maneira a insis-

tência brasileira na transposição do rio São Francisco, na construção das usinas hidrelétricas, os investimentos nas reservas de pré-sal e expansão da agropecuária na Amazônia, além do desmatamento da floresta podem implicar no agravamento das mudanças climáticas no país?

Carlos Nobre - A questão do Rio São Francisco é menos importante; não há nenhum estudo do meu conhecimento que possa nos indicar como essa obra poderia afetar as mudanças climáticas. De qualquer modo, o aumento da pecuária é obviamente a maior ameaça para o agravamento das mudanças climáticas, e é responsável pela nossa maior fonte de emissões de gases de efeito estufa. É muito importante que haja uma clara política pública que faça um zoneamento desta atividade e que diminua a pressão da Amazônia. É barato tornar a pecuária mais eficiente? Não. Mas, num certo momento, o país precisará tomar algumas atitudes que preservem os seus recursos naturais para futuras gerações, e, nesse sentido, a pecuária é muito ineficiente.

Não podemos mais aceitar, no Brasil, a teoria da preguiça: é mais fácil desmatar, expandir infinitamente. A conversão de sair de um sistema precário para um sistema moderno, com tecnologia, é caro, mas a sociedade tem que estar disposta a pagar este custo. O governo precisa estar disposto a criar os instrumentos por legislação que mostrem esse caminho. O custo de transformar um sistema ineficiente como é a pecuária brasileira, principalmente a pecuária Amazônica, precisa ser encarado de frente. Se diminuirmos a pressão sobre os biomas da Amazônia, vamos reduzir muito as emissões. Essa é a chave para o Brasil conseguir, num tempo razoável, zerar o desmatamento.

Pré-sal

A questão do pré-sal é mais complexa. Está claro que se houverem recursos economicamente e tecnologicamente recuperáveis, é provável que o petróleo seja trazido para a superfície. Se isso acontecer, vários cuidados devem

ser tomados. O primeiro deles é que, conforme informações da Petrobras, há uma quantidade muito grande de gás carbônico misturada ao petróleo. Normalmente, no processo de exploração, uma petroleira traz o petróleo para cima, e o gás carbônico é emitido na atmosfera. Isso contribui mais ainda para o aquecimento global. Esse gás carbônico misturado ao petróleo deveria ser separado e injetado para ficar no posto de petróleo permanentemente ou por um tempo enorme. Esse é um cuidado que a Petrobras sinalizou que terá, mas precisa acontecer. De qualquer modo, essa extração aumentará as emissões de gases, o quanto eu ainda não sei. Esse custo precisa ser assumido porque

“Pensar nas mudanças climáticas é importantíssimo quando se fala em construir uma usina que terá 100, 200 anos de vida útil, pois as mudanças climáticas acontecerão muito fortemente nesse período”

não tem sentido a Petrobras jogar mais CO₂ na atmosfera. O que fazer, assumindo que seja verdade essa grande riqueza do petróleo, para que isso se torne um caminho de sustentabilidade ao desenvolvimento brasileiro? É preciso utilizar essa riqueza para criar transformações sociais de base que alavanquem o Brasil nessa nova direção, na educação, na saúde e, principalmente, no sistema de ciências e tecnologia, na inovação tecnológica que faça com que o Brasil encontre outro caminho. Os recursos naturais são a verdadeira riqueza permanente do Brasil. O petróleo é um recurso mineral não renovável, ele

vai acabar. O Brasil tem condições de desenhar um desenvolvimento baseado em seus inesgotáveis recursos naturais renováveis: energia solar, eólica, biodiversidade. Precisamos descobrir novas maneiras de utilizar esses recursos. Para isso, é necessária uma tecnologia própria, desenvolvida no país para explorar os recursos da biodiversidade que ninguém sabe como fazer. Há caminho sim, e se existe riqueza no pré-sal, espero que ela não seja desperdiçada e que funcione como uma alavanca por construir um outro Brasil: limpo, sustentável, democrático. É pedir muito? É. Mesmo que os recursos do pré-sal sejam muito grandes, o dinheiro não compra algumas transformações sociais, culturais e institucionais, mas, talvez possa ajudar se realmente for algo vultoso, algo que ninguém sabe.

Pré-sal: um impasse à sustentabilidade brasileira

O Brasil, no caminho de se tornar um país limpo, não poderia olhar o pré-sal isoladamente, mas observar a sua matriz de emissão fóssil, o crescimento do combustível fóssil em toda a economia, e começar a reduzir, por um lado, esta emissão com substituição de combustível fóssil por bicomcombustível e energias renováveis. Por outro, deveria também começar a mitigar, ou seja, compensar dentro do país um pouco dessa emissão fóssil com reflorestamento, diminuição de desmatamento, agricultura que consiga subtrair o gás carbônico da atmosfera e jogar para o solo. Existe tecnologia para fazer tudo isso e é esse o caminho que o Brasil deve trilhar.

IHU On-Line - O senhor fala em metas ambiciosas para Copenhague: países desenvolvidos devem assumir metas de redução entre 30 e 40% até 2020, e os países em desenvolvimento, uma redução significativa no crescimento de suas emissões. Quais as implicações dessas metas considerando a recente recessão econômica? O desejo de colocar a economia em ordem pode ser um agravante para avançar em relação às metas de emissão?

Carlos Nobre - Aparentemente, há sinais de que a crise financeira de 2008 já este-

ja cedendo nas economias centrais. Nas periferias do sistema central, onde nós nos encontramos, os sinais são mais claros, e, talvez, até o final do ano, os sinais de recessão cedam lugar a um leve crescimento. Portanto, não há como atribuir à crise financeira e à economia qualquer possibilidade de uma explicação para inação. A crise econômica durou dois anos, e a crise ambiental já está conosco e estará com nossos filhos e netos. Portanto, são escalas de tempo muito diferentes, ferramentas de ataque distintas. O que a crise financeira nos trouxe como pedagogia é que quando a sociedade percebe um risco, as ações são rápidas e, logicamente, quem paga todas essas correções são os contribuintes. A crise ambiental é mais grave porque pode causar impacto muito maior em todo o planeta. Ainda não demos uma resposta para a sociedade na mesma agilidade em que ela respondeu à ameaça da crise financeira global. Então, não há uma relação muito grande entre essas duas crises a não ser pelo fato de que muitos países aproveitaram a crise econômica e os fundos públicos que foram sacados para aliviar os efeitos mais agudos desta crise. Penso que essa crise serviu como um pequeno estímulo aos percentuais colocados em tecnologias verdes. Mas isso é simbólico, e, quando se saca de fundos públicos para resolver um problema que aflige a sociedade, tem que se ter uma visão de longo período. Uma visão não de analgésico para baixar a febre instantânea, mas sim para atacar o que causou a febre, e qual é o caminho para o mundo ficar mais robusto, inclusive ambientalmente.

LEIA MAIS...

>> Carlos Nobre concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Confira no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

• *SC: O fenômeno é natural, mas a intensificação pode ser uma consequência do aquecimento global.* Entrevista publicada nas Notícias do Dia de 17-12-2008 e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=18940;

• *Mudanças climáticas e o Brasil: consequências reais, soluções viáveis.* Entrevista publicada em 23-06-2008, nas Notícias do Dia e disponível no endereço eletrônico http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=14805.

Mudanças climáticas exigem novas formas de praticar a agricultura

Para Gerald Nelson, a maneira de tentar conter os prejuízos das mudanças climáticas está associada aos limites nas emissões de gases de efeito estufa

POR PATRICIA FACHIN | TRADUÇÃO LUCAS SCHLUPP

Às vésperas de uma viagem para o continente asiático e africano, Gerald Nelson, autor do relatório *Mais calor e menos comida*, coordenado pelo Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar (IFPRI, sigla em inglês) que alerta sobre a escassez de alimentos no planeta até 2050, concedeu uma breve entrevista à IHU On-Line por e-mail. Segundo ele, as mudanças climáticas poderão tanto favorecer como prejudicar a agricultura, tudo depende da localidade e da intensidade de tais transformações. “Em algumas localidades, as mudanças serão favoráveis à agricultura, mas, na maioria dos lugares, novas formas de praticar a agricultura serão necessárias”, aponta. Ele menciona também que os efeitos das mudanças climáticas serão incertos, mas a África é um país em potencial para sentir os impactos. “Dependendo do modelo climático, a África subsaariana terá mais, ou menos, precipitação. Mas, pelo fato dos países dessa região partirem de um nível de desenvolvimento inferior, acabam sendo menos capazes de se adaptar às mudanças. Os modelos da Ásia Meridional são mais consistentes ao prever efeitos negativos”.

Nelson é esperançoso em relação à Conferência do Clima que acontece em Copenhague. Para ele, os efeitos da crise podem “reduzir os efeitos iniciais para se estabelecer diretrizes mandatórias para as emissões de gases de efeito estufa”. De qualquer modo, acrescentou, “estou cautelosamente otimista de que ocorrerá um progresso significativo, começando em Copenhague e nas negociações que seguirão após o encontro”.

Nelson é integrante do Instituto Internacional de Pesquisa de Política Alimentar (IFPRI, na sigla em inglês) e até o ano passado foi docente do Departamento de Economia Agrícola e do Consumidor, da Universidade de Illinois. Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor é autor do relatório recente que alerta sobre a escassez de alimentos básicos no planeta por volta de 2050. Qual é a vulnerabilidade da agricultura mundial diante das mudanças climáticas? Em que medida isso aumentará os índices de fome no mundo?

Gerald Nelson – A agricultura é extremamente dependente do clima. As

plantas necessitam de luz solar, temperaturas que estão na variação correta e água suficiente para crescer e produzir alimento e outros produtos utilizados pelo homem. Mudanças climáticas resultarão em temperaturas mais elevadas, alterações nos padrões de precipitação, e mais inconstância. Todas estas mudanças exigirão novas formas de praticar a agricultura. Em

algumas localidades, as mudanças serão favoráveis à agricultura, mas, na maioria dos lugares, novas formas de praticar a agricultura serão necessárias devido às mudanças climáticas.

IHU On-Line – Além da escassez de alimentos, o estudo diz que os efeitos das mudanças climáticas serão mais fortes na África e na Ásia Meridional. Que impactos o estudo vislumbra nessas regiões?

Gerald Nelson – O primeiro ponto importante a salientar é que os efeitos das mudanças climáticas em determinados lugares são incertos. Por exemplo, dependendo do modelo climático, a África subsaariana terá mais, ou menos, precipitação. Mas, pelo fato dos países dessa região partirem de um nível de desenvolvimento inferior, acabam sendo menos capazes de se adaptar às mudanças. Os modelos da Ásia Meridional são mais consistentes ao prever efeitos negativos.

IHU On-Line – Em uma de suas pesquisas, o senhor usa dados como imagens de satélites e outros dados geográficos em modelos econométricos para identificar os determinantes do uso da terra existente. Pode nos falar mais sobre esse projeto? Como essas técnicas também permitem simular as consequências do impacto ambiental?

Gerald Nelson – Imagens de satélite, quando combinadas com determinadas observações no solo, podem fornecer dados melhores, e mais baratos, sobre a possibilidade de estarmos usando os diferentes serviços do ecossistema de forma sustentável. Caso administrados corretamente (o que não ocorre), satélites podem fornecer medidas regulares, repetidas e precisas, que podem ajudar-nos a compreender as várias formas com que fazemos uso do ecossistema, e então alterar a for-

“Nunca foi possível separar economia e ecologia. Mas, nos últimos anos, a combinação de mais pessoas com maior uso daquilo que o ecossistema oferece tornou essas ligações mais óbvias”

ma de utilização da terra. O principal problema é que os satélites são vistos como ferramentas de pesquisa, e não ferramentas para coleta de dados, e, por isso, são muito caros. Mas novas tecnologias que já demonstraram como lançar satélites de sensoriamento remoto, de forma barata e eficiente, estão disponíveis. O INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais] tem papel importante neste trabalho.

IHU On-Line – Não se pode mais separar economia da ecologia? Por quê?

Gerald Nelson – Economia é apenas a interação das pessoas com o seu ambiente. Na verdade, nunca foi possível separar economia e ecologia. Mas, nos últimos anos, a combinação de mais pessoas com maior uso daquilo que o ecossistema oferece tornou essas ligações mais óbvias.

IHU On-Line – Os reflexos da crise financeira internacional podem influenciar as decisões em relação às metas de combate às mudanças climáticas em Copenhague?

Gerald Nelson – A crise pode até reduzir os esforços iniciais para se estabelecer diretrizes mandatórias para as

emissões de gases de efeito estufa, mas estou cautelosamente otimista de que ocorrerá um progresso significativo, começando em Copenhague e nas negociações que seguirão após o encontro.

IHU On-Line – Em sua opinião, é possível conciliar crescimento econômico com preocupação ambiental? Como isso é possível?

Gerald Nelson – Sob vários aspectos, já associamos a preocupação ambiental com o crescimento econômico. Enquanto os efeitos colaterais negativos de qualquer atividade econômica se tornam aparentes, vamos encontrando formas de lidar com eles. Um clássico exemplo histórico é o tratamento do esgoto. Sistemas modernos de esgoto são uma invenção relativamente recente (diríamos que de 1850) e foram introduzidos quando os custos de não tratar o esgoto tornaram-se muito altos.

IHU On-Line – Qual é sua percepção sobre o mercado global de créditos de carbono e também a criação de impostos diretos sobre as emissões? Essas medidas de fato trarão resultados sustentáveis ou elas poderão desencadear uma nova crise econômica e global?

Gerald Nelson – O mercado de créditos de carbono global está na sua infância e crescerá consideravelmente nos próximos 10 anos. É importante que o princípio de pagamentos de compensação para os países em desenvolvimento seja incluído em um acordo de Copenhague, para que eles se beneficiem do mercado.

IHU On-Line – Além das medidas já anunciadas, que política de combate ao aquecimento global deveria ser traçada em Copenhague?

Gerald Nelson – Limites nas emissões de gases de efeito estufa precisam ser colocados em prática o quanto antes.

LEIA AS NOTÍCIAS DO DIA. WWW.IHU.UNISINOS.BR

Mudanças climáticas e os impactos na água potável

Na opinião do glaciólogo Jefferson Simões, há “um certo catastrofismo” em relação às mudanças climáticas, o degelo e o aumento do nível do mar

POR PATRICIA FACHIN

O Ártico está perdendo o gelo da sua superfície, e isso muda a circulação das correntes atmosféricas e oceânicas naquela região e afeta todo o clima do planeta, informou o glaciólogo Jefferson Simões à **IHU On-Line**. Nesta entrevista, concedida por e-mail, o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, enfatizou que conforme o gelo do mar desaparecer, o oceano ficará mais aquecido, mas o gelo do mar está flutuando, “assim, ao derreter não afetará o nível dos mares”. Neste processo, ele explica que o derretimento das geleiras lançará mais gelos para o mar, o que pode ocasionar perda de parte dos recursos de água potável.

Professor do Instituto de Geociências da UFRGS e coordenador do Centro Polar e Climático - CPC, da UFRGS, Simões é doutor em Glaciologia, pelo Scott Polar Research Institute (SPRI) da Universidade de Cambridge (Inglaterra) e pós-doutor pelo Laboratoire de Glaciologie et Géophysique de l'Environnement (LGGE) Du Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS (França). Introduziu no Brasil a Ciência Glaciológica e a Geografia das Regiões Polares, lecionando nos programas de pós-graduação em Geociências e Geografia da UFRGS. O professor também coordena projetos do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e foi coordenador-geral de rede de pesquisas Antártica, as Mudanças Globais e o Brasil no período 2002-2006. Participou de 19 expedições polares, destacando a liderança em missões internacionais e uma travessia chileno-brasileira no verão de 2004/2005 (quando atingiu o Pólo Sul Geográfico) no manto de gelo antártico. No verão de 2008/2009 liderou a primeira expedição científica nacional ao interior do continente antártico. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a situação climática da Antártida desde o último relatório do IPCC?

Jefferson Simões - Sem grandes modificações: a temperatura média da parte mais ao norte da Antártida continua relativamente alta (sem comparar com as médias das últimas cinco décadas). Em geral, o aumento contínuo e a temperatura se estabilizaram nos últimos 3 anos. Aguardemos para ver o que ocorrerá nos próximos cinco anos!

IHU On-Line - Como essa massa de gelo está afetando a circulação dos oceanos e da atmosfera nos hemisférios sul e norte?

Jefferson Simões - A massa de gelo afeta normalmente o clima do planeta. Ela força o transporte de ar quente dos trópicos para as regiões polares. Agora, quanto ao impacto das modifi-

cações do gelo no clima, ainda é cedo para avaliar.

IHU On-Line - O senhor pode nos explicar como funciona o processo de degelo da Antártida e do Ártico? Como ações realizadas em outras partes do mundo contribuem para tal processo?

Jefferson Simões - Primeiro, é importante lembrar que não é por estar longe que as regiões polares não afetam o nosso cotidiano ambiental. O sistema ambiental é um contínuo, e as regiões polares são tão importantes quanto os trópicos no sistema climático. Além do que algo lançado na atmosfera será espalhado por todo o globo. Assim, poluentes lançados no Hemisfério Norte chegam à Antártida.

Segundo, na natureza, existem tipos diferentes de gelo. A diferença maior é entre o gelo de geleiras (for-

mado pelo acúmulo de cristais de neve sobre um continente ou ilha - pode ultrapassar 4.000 m de espessura) e o mar congelado (raramente ultrapassa 6 m de espessura). O Ártico é um oceano congelado, que cada vez mais está aberto (sem gelo na superfície), esse fato muda a circulação das correntes atmosféricas e oceânicas naquela região e afeta todo o clima do planeta. Conforme o gelo do mar desaparece, o oceano aquece mais rapidamente ainda. Nota importante: o gelo do mar está flutuando, assim, ao derreter, não afeta o nível dos mares. Este processo é muito rápido.

Na Antártida, o enorme manto de gelo não está derretendo. Somente o gelo perto de 0°C, na parte mais ao norte da Antártida (Península Antártica) mostra rápido derretimento. É gelo acima do continente e, ao derreter, vai para o mar e contribui para o

aumento do nível deste.

IHU On-Line - As variações morfológicas e as mudanças do clima da Antártida já estão afetando diretamente a costa brasileira?

Jefferson Simões - Ainda não estão afetando, espera-se que o mar avance algumas dezenas de metros contidamente a dentro nas próximas décadas. Mas isto dependerá da morfologia da costa. Uma região como Rio Grande é mais afetada do que Torres (morfologia mais elevada).

IHU On-Line - Nos últimos 50 anos, a temperatura da Antártida aumentou três graus centígrados, mas o senhor ressaltou, em outra entrevista, que isto atingiu menos de 1% do país. Essas mudanças climáticas representam que impacto no aquecimento global?

Jefferson Simões - Sim, somente no norte da Antártida que ocorreu isso. Ainda não sabemos se é um sinal de ação humana.

IHU On-Line - A previsão científica era de que haveria até 2100 um aumento do nível do mar entre 18 e 60 centímetros. Nesses últimos três anos, alguns pesquisadores preveem a redução do gelo do Ártico de 2100 para 2040, e alguns falam até em 2020 e 2015. Esses fatos têm relação no que se refere à mudança climática? Há muito alarmismo ou as mudanças de fato são agravantes?

Jefferson Simões - A questão do derretimento do gelo Ártico não tem nada a ver com o aumento do nível do mar. Mar congelado ao derreter não afeta nível do mar, pois o gelo já está flutuando na água (princípio de Arquimedes!). Sim, o mar congelado poderá desaparecer até 2050, e isso afeta o clima, não o nível do mar.

Existe um certo catastrofismo. Poucos leem trabalhos científicos e os cenários propostos. Nossas previsões são

¹ **Arquimedes**: matemático, físico e inventor grego, um dos mais importantes cientistas e matemáticos da Antiguidade e um dos maiores de todos os tempos. Fez descobertas importantes em geometria e matemática. No campo da Física, contribuiu para a fundação da hidrostática, tendo feito, entre outras descobertas, o famoso princípio que leva o seu nome. Descobriu ainda o princípio da alavanca. (Nota da IHU On-Line)

para aumentos do nível do mar em até 1 m (devido ao derretimento de gelo na Groenlândia e montanhas nas regiões temperadas e tropicais). Devemos achar soluções sociais e tecnológicas para reduzir o impacto das mudanças globais na sociedade. Mas, por outro lado, estas modificações no sistema climático, prejuízos de trilhões de reais, afetarão mais as classes menos favorecidas.

IHU On-Line - Em que medida o aquecimento global pode acelerar o processo de degelo?

Jefferson Simões - Já está acelerado, pois aquele gelo perto de 0°C rapidamente começa a derreter com o aumento da temperatura.

IHU On-Line - Nos debates sobre as mudanças climáticas, as emissões de gás carbônico ganham destaque, além da preocupação com o desmatamento, as queimadas e a preservação das florestas. No que se refere às geleiras, o debate deveria ganhar mais destaque? Como a Conferência do Clima deveria tratar o tema em Copenhague?

Jefferson Simões - O desmatamento não é o problema mais relevante, são as queimadas.

O debate sobre geleiras não é sucinto, é no Brasil que se desconhece a discussão, pois enfatizamos muito a questão da Amazônia. Mas o sistema ambiental é um contínuo. A questão das geleiras está relacionada à questão dos limites do aquecimento global; mais gelo será perdido para o mar. Assim aumentamos o nível do mar e perdemos parte dos recursos de água potável.

LEIA MAIS...

>> Jefferson Simões concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Acesse no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

* *A importância da Glaciologia para entendermos as mudanças climáticas no Brasil*. Publicada em 22-10-2007 e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=10166.

FLORES DA CUNHA E O RIO GRANDE DO SUL (1930-1937): O FIM DA AUTONOMIA SUL-RIO-GRANDENSE

IHU IDEIAS DE 20-10-2009, COM PROF. DR. MARIO MAESTRI - UPF

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana



Teologia Pública

O monoteísmo como base ideológica para o autoritarismo e a centralização

Felix Wilfred defende que as concepções de Deus não são diferentes das realidades sociais, ao contrário, exercem profunda influência sobre elas

POR GRAZIELA WOLFART | TRADUÇÃO LUCAS SCHLUPP

Crítico do monoteísmo, o professor e teólogo indiano Felix Wilfred considera que o mesmo funciona como aniquilador do pluralismo e da diversidade. Para ele, “a concepção de Deus como único tem grande influência na forma de governar. Como há somente um único Deus, torna-se fácil concluir que toda a verdade e poder estão outorgados a uma única pessoa - um imperador, um papa, um bispo etc., excluindo-se práticas democráticas e formas participativas. Então, o monoteísmo poderia servir como uma base ideológica para o autoritarismo e a centralização”. Na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**, dias depois de retornar de sua visita à Unisinos, onde participou do Simpósio Internacional Narrar Deus numa Sociedade Pós-Metafísica. Possibilidades e Impossibilidades, promovido pelo IHU no último mês de setembro, o teólogo acredita que há uma tarefa comum para todas as religiões. “Elas não estão em um mercado competitivo, cada uma reivindicando ter a melhor ideia de Deus. Uma vez que sabemos que o mistério divino é muito maior e mais importante que qualquer símbolo religioso tenha tentado descrever, percebemos que todas elas precisam agir em conjunto para ajudar as pessoas a descobrir Deus”.

Felix Wilfred é professor na Universidade de Madras, em Chennai, na Índia. Escreve frequentemente artigos para revistas de âmbito nacional e internacional, entre os quais citamos *Pro Mundi Vita* (da Bélgica), *Pro Dialogo* (da Itália), *Selecciones de Teologia* (da Espanha), *Communio*. Também contribui com seus artigos para a *New Catholic Encyclopedia*, para *Lexikon fuer Theologie und Kirche* e para o *Cambridge Dictionary of Theology*. Ele é presidente do Comitê Internacional da revista *Concilium*. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a contribuição do diálogo inter-religioso no sentido de mostrar que existem várias concepções e experiências de Deus?

Felix Wilfred - A resposta está contida na própria pergunta. A contribuição do diálogo inter-religioso é exatamente demonstrar que há várias concepções e experiências de Deus. Através do diálogo, a pessoa se torna consciente dos limites das concepções e das experiências em sua própria tradição, diante da pluralidade da experiência do sagrado. Este despertar para uma visão muito mais ampla do mistério do

sagrado é a forma com que o diálogo inter-religioso pode contribuir. Além disso, o que se aprende dos fiéis de outras religiões ajuda a rever a própria tradição com novos olhos.

IHU On-Line - O que caracteriza a crise da concepção cristã de Deus?

Felix Wilfred - A primeira crise está relacionada à questão do relacionamento de Deus com o mundo ou o universo. Na interpretação cristã, Deus é um criador e originador de tudo o que há. O mundo e Deus estão relacionados entre si em termos de causa e efeito,

e, conseqüentemente, são diferentes um do outro. Mas tem-se constatado que esta forma de conceber Deus tem sido muito extrínseca, seguindo o modelo da ação humana que produz algum efeito. Uma segunda fonte de crise é a insistência na unicidade de Deus ou no monoteísmo. Na tradição semita isso é tão fundamental que qualquer coisa que se refira à pluralidade de deuses e deusas é visto como o pior dos pecados - o pecado de idolatria.

Uma terceira crise tem a ver com as contradições na concepção cristã sobre Deus, especialmente ao con-

frontar o problema do mal. Uma concepção de Deus exteriorizado, separado do mundo, não tem como evitar a pergunta pela explicação do mal - unde malum? (latim: “de onde vem o mal?”). Uma quarta crise resulta do fato de que uma vida transformada não requer necessariamente a existência de um Deus transcendente. Exemplo claro disto é o budismo, que tem orientação muito ética. Na verdade, o ressurgimento do budismo e sua propagação no Ocidente demonstram unicamente a atração exercida pela percepção ética de relacionamentos corretos e o declínio de uma metafísica que fundamentava a concepção de Deus sobre um relacionamento de dependência. O desafio de orientar-se pela transformação própria sem fazer referência à transcendência, hoje está acompanhado de vários tipos de ética, tais como a ética utilitária e a ética humanística, que não exigem Deus como base. A vida humana é, muitas vezes, representada como um drama, no qual a pessoa desempenha seu papel em meio a agonias e êxtases.

IHU On-Line - Quais são os principais problemas do monoteísmo?

Felix Wilfred - Existe basicamente uma correspondência entre a nossa concepção do divino e a ordem de sociedade que criamos. Neste sentido, concepções de Deus não são diferentes das realidades sociais, ao contrário, exercem profunda influência sobre elas. Monoteísmo é um caso típico. A forma como Deus é descrito como único, sob exclusão de outros, dá ao crente certo senso de poder absoluto e espaço para declarar a posse de toda a verdade. Portanto, como outros deuses e deusas são excluídos em favor de um, a tendência é livrar-se da pluralidade de opiniões, culturas, tradições, estilos de vida etc. Resumindo, o monoteísmo poderia, e de fato assim o fez, funcionar como aniquilador do pluralismo e da diversidade.

Segundo, a concepção de Deus como único tem grande influência na forma de governar. Como há somente um único Deus, torna-se fácil concluir que toda a verdade e poder estão outorgados a uma única pessoa - um imperador, um papa, um bispo etc.,

“O desafio de orientar-se pela transformação própria sem fazer referência à transcendência hoje está acompanhado de vários tipos de ética, tais como a ética utilitária e a ética humanística, que não exigem Deus como base”

excluindo-se práticas democráticas e formas participativas. Então, o monoteísmo poderia servir como uma base ideológica para o autoritarismo e a centralização.

IHU On-Line - Qual é o papel do hinduísmo no sentido de promover a tolerância e evitar guerras religiosas?

Felix Wilfred - Não quero apresentar uma visão perfeita da tradição hindu. Devo admitir que tenham ocorrido sérios conflitos e confrontos dentro da própria tradição hindu em relação às crenças, práticas etc., assim como com outras tradições religiosas. Mas, em geral, a tradição hindu exhibe um notável espírito de tolerância e capacidade de relação com uma ampla variedade de experiências religiosas e espirituais. Além disso, a crença hindu básica, de que existem inumeráveis caminhos que nos levam ao divino, estimulou o reconhecimento da liberdade na busca espiritual, e, conseqüentemente, o espírito de tolerância. Não houve nada como Trinta Anos¹ ou Cem

¹ A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) é a denominação genérica de uma série de guerras que diversas nações européias travaram entre si a partir de 1618, especialmente na Alemanha, por motivos variados: rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais. (Nota da IHU On-Line)

Anos de guerras religiosas no que se refere ao hinduísmo. Ultimamente, porém, por causa da influência das religiões semitas (judaísmo, cristianismo e islamismo), alguns grupos hindus tornaram-se intolerantes e fundamentalistas. Como observa Arvind Sharma,² o hinduísmo tornou-se intolerante com a intolerância manifestada especialmente nas religiões semitas.

IHU On-Line - Qual o papel do diálogo inter-religioso no sentido de fazer de Deus uma busca humana e no sentido de ajudar as pessoas a descobrir o divino?

Felix Wilfred - Acredito que há uma tarefa comum para todas as religiões. Elas não estão em um mercado competitivo, cada uma reivindicando ter a melhor ideia de Deus. Uma vez que sabemos que o mistério divino é muito maior e mais importante que qualquer símbolo religioso tenha tentado descrever, percebemos que todas elas precisam agir em conjunto para ajudar as pessoas a descobrir Deus. Resumindo, longe de uma abordagem competitiva ao tratar de Deus, as religiões serão colocadas no caminho que ajuda as pessoas a experimentarem o mistério divino.

IHU On-Line - O senhor pode explicar a questão da existência de um Deus transcendente? Em que sentido o budismo apresenta essa questão como um desafio?

Felix Wilfred - A realidade de Deus é geralmente apresentada para explicar a existência do mundo e do universo. Utilizando a experiência humana de causa e efeito, começa-se a pensar Deus como a causa do mundo e do universo. O budismo é um desafio para esta forma de imaginar Deus, utilizando o argumento da causalidade. Pois ele acredita que causa e efeito não podem ser separados. Um está no outro. Por isso, o budismo apresenta um sério desafio para a concepção de um Deus transcendente como criador e causa do universo. Segundo, Deus é colocado como ponto de referência ou

² Arvind Sharma: autor de livros e artigos sobre religiões comparadas, hinduísmo, e o papel da mulher na religião. Entre seus livros, citamos *Our Religions* e *Women in World Religions*. (Nota da IHU On-Line)

base para práticas éticas. O budismo, por outro lado, sustenta fortes ideais éticos sem ter que recorrer a um Deus transcendente. Sabedoria, solidariedade e compaixão sugeridas pelo budismo para todas as criaturas são praticadas sem referência a qualquer transcendência de um Deus pessoal.

IHU On-Line - Por que o senhor acredita que várias religiões juntas ajudam mais a descobrir o mistério de Deus do que uma religião sozinha?

Felix Wilfred - Isso ocorre porque Deus é um mistério, e cada religião consegue fazer com que vejamos apenas um pequeno fragmento dele. Na tradição indiana, há uma história famosa sobre os cinco homens cegos que descreveram de formas completamente diferentes suas experiências com um elefante. O que tocou as pernas robustas disse que o elefante é como uma árvore; o que tocou sua orelha disse que o elefante é como uma peneira de palha; o que tocou na tromba disse que o elefante era como um tubo maciço. Isto é o que muitas vezes ocorre com as religiões. Não se pretende uma visão completa de Deus, juntando as várias descrições e imagens que cada religião apresenta d'Ele, assim como, ao juntar as descrições feitas pelos homens cegos sobre o elefante, não temos a visão completa do mesmo. O que temos realmente são simples fragmentos e fagulhas que nos ajudam a compreender um pouco mais, e juntá-los não nos dará a visão completa. Vivemos de percepções que adquirimos diariamente e de novas centelhas de experiência divina.

IHU On-Line - O que podemos entender pela abordagem mística de Deus?

Felix Wilfred - O que respondi na questão anterior também nos leva a responder esta questão. Se o que dissemos relativo ao mistério de Deus for verdade, então, os instrumentos humanos de conhecimento da razão e da mente não são capazes de nos levar ao mistério de Deus. É baseado na experiência e em uma forma de conhecimento que não é derivada da dicotomização entre sujeito e objeto. Pois Deus não é um objeto como qualquer outro da nossa experiência diária. Seria mais

“Hoje deveria haver um esforço consciente para narrar Deus a partir do relacionamento das pessoas humanas com a natureza”

correto afirmar que Deus é o sujeito, que, ao conhecê-lo, a gente conhece a si mesmo e tudo o que há. A abordagem mística é uma abordagem em que o sujeito, pela união, entra no Sujeito. A pessoa (self; si-mesmo) imerge na grande Pessoa (Self). A abordagem mística proporciona conhecimento e experiência de Deus através da união e comunhão.

IHU On-Line - Como o conceito de pós-metafísica aparece no budismo e no hinduísmo?

Felix Wilfred - Se entendo bem o que na filosofia contemporânea ocidental é caracterizado como pensamento pós-metafísico sob influência de pensadores como Heidegger, Jürgen Habermas, Michel Foucault e outros, não consigo resistir em dizer que isso é algo que o budismo e algumas vertentes do hinduísmo sempre têm dito e que pensadores ocidentais descobriram recentemente no contexto do desenvolvimento de seus próprios pensamentos. O budismo, em particular, tem desafiado a atribuição de propriedades permanentes ou metafísicas a qualquer coisa. Sempre sustentou a fluidez ou o fluxo e a transitoriedade de tudo, e caracterizou como fantasia qualquer tentativa de capturar a realidade em um molde metafísico permanente. É por isso que acho que há muito espaço para conversas e diálogos entre o pensamento pós-metafísico proposto recentemente no Ocidente e os ramos pós-metafísicos tradicionais do pensamento e cultura budistas e hinduístas. Ambos os pensamentos, pós-metafísico ocidental e pós-metafísico budista, poderiam se unir para desafiar a concepção cristã dominante

sobre Deus.

IHU On-Line - Quais as características de um Deus pós-metafísico e como ele se insere em uma sociedade pós-secular?

Felix Wilfred - Diferentemente da tradição ocidental e semita, a tradição indiana, especialmente a tradição budista, sempre enfatizou a fluidez ou a transitoriedade da realidade em contraste à sua solidificação num molde metafísico. O secularismo, dentre outras coisas, veio a ser a negação de uma concepção de Deus e de religião que alegou explicar a totalidade da vida em todas as suas dimensões. Foi em reação a isso que o ideal secularista ocidental surgiu, afirmando a autonomia e independência do mundo. Se o pós-metafísico coloca o indivíduo em uma jornada pela descoberta da realidade última, o caráter pós-secular nos diz que esta descoberta tem significado social e até mesmo político. A abordagem pós-metafísica de Deus precisa andar paralelamente com a pós-secular, desafiando a veracidade do processo secularista. A grande vantagem de uma abordagem pós-metafísica de Deus, que precisa acontecer em todas as tradições religiosas, é que ela desafia a narrativa dada sobre Deus ou crenças como definitivas, acima de qualquer dúvida e verificação. As religiões ficam presas no mito metafísico quando se vinculam às imagens pré-determinadas de Deus e aos sistemas de crenças. Uma cosmovisão evolucionária e a compreensão do quanto o sujeito está envolvido na construção da realidade têm grandes repercussões sobre as narrativas tradicionais sobre Deus. Estas abordagens, ao mesmo tempo em que desafiam as narrativas de Deus presas à fixação metafísica, também poderiam ter uma influência sobre a esfera pública. “Domínio público” é termo técnico com outro significado.

A linguagem humana e a linguagem da natureza

O antropocentrismo não precisa ser um obstáculo para Deus, se entendermos que os seres humanos podem acessar o mistério divino a partir das

suas próprias experiências. É natural que os seres humanos utilizem imagens e símbolos que reflitam a si próprios quando falam de Deus. Hoje deveria haver um esforço consciente para narrar Deus a partir do relacionamento das pessoas humanas com a natureza. De certa forma, a natureza espelha a realidade fundamental não menos do que os seres humanos. Por isso, a linguagem humana precisa incorporar também a linguagem da natureza, uma eco-espiritualidade ao narrar Deus e a realidade definitiva. O eurocentrismo infelizmente restringe o acesso a Deus e a narrativa sobre Deus à experiência ocidental limitada. Caso as tradições religiosas não revisarem seriamente as bases metafísicas de suas narrativas sobre Deus, poderão interferir na sociedade e no âmbito político de forma a pôr em risco a paz e a harmonia. As sociedades no Oriente e no Ocidente precisam ser tanto pós-metafísicas quanto pós-seculares. Isto requer uma transformação nas narrativas metafísicas tradicionais sobre Deus por parte das religiões, e uma transformação por parte das sociedades seculares, para uma sociedade pós-secular que permita a expressão social e política da experiência pós-metafísica de Deus. Hoje, tanto nas sociedades em desenvolvimento como nas sociedades pós-seculares, reconhecemos o papel que a religião possui. Uma interpretação renovada da religião e da imagem de Deus nas diversas tradições religiosas é fundamental para um papel público e construtivo da religião nas sociedades - tanto no Oriente quanto no Ocidente.

LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Felix Wilfred à IHU On-Line:

* *Jesus pertence ao conjunto da humanidade*, publicada nas *Notícias do Dia*, de 16-12-2007, e disponível no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=11371;

* *Fluidez e abertura nas narrativas de Deus na sociedade pós-metafísica*, publicada na IHU On-Line número 308, de 14-09-2009, e disponível no link http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1808.

Entrevista da Semana

“A complexidade do ser humano permite que a liberdade seja possível”

Teoria da evolução não pode explicar a vida como se a liberdade humana não existisse, adverte Louis Caruana. Relações humanas com o outro são fundamento para construção da moralidade

POR GRAZIELA WOLFART E MÁRCIA JUNGES

Analisando a teoria da evolução em consonância com a moralidade, o filósofo jesuíta Louis Caruana disse que “a organização de razões que guiam a ação, de modo a atingir um bom nível de autoconsciência, é o maior constituinte da teoria moral”. Segundo ele, a liberdade humana é uma característica preocupante para muitos cientistas. “Eles pensam que tudo poderia ser explicado ou em termos de leis científicas ou em termos de cego acaso. Muitos outros cientistas, no entanto, estão se dando conta que esta visão é demasiado simplista. Eles aceitam que a vontade livre é uma característica óbvia do ser humano e, em certa medida, também de diversos animais não-humanos. A teoria da evolução não pode ser empregada para explicar a vida como se a liberdade humana não existisse”. E arremata: “O fato de que um ser humano individual sempre encontra realização em relação com outros é o bloco construtivo fundamental pelo qual a moralidade poderia ser construída”.

Nascido em Malta e graduado em Filosofia, Caruana lecionou na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma - PUG, e hoje é professor titular de Filosofia no Heythrop College, na Universidade de Londres, Inglaterra. Em 1980, ingressou na Companhia de Jesus, pois tomou consciência de que Deus o chamava “para seguir Jesus de modo muito especial”. É professor adjunto no Observatório Vaticano. Organizou a obra *Darwin and Catholicism The Past and Present Dynamics of a Cultural Encounter* (Oxford: T & T Clark International, 2009) e escreveu, entre outros, *Holism and the Understanding of Science, and of Science and Virtue: An Essay on the Impact of the Scientific Mentality on Moral Character* (Aldershot: Ashgate, 2000). Em 12 de setembro, Caruana foi um dos conferencistas do IX Simpósio Internacional IHU: Ecos de Darwin. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como filósofo, mas também matemático e físico, de que modo você chegou a interessar-se por Darwin,¹ em particular?

Louis Caruana - Minha formação anterior em matemática e física deu-me uma profunda apreciação da atitude mental exigida pelas ciências naturais em geral. Por exemplo, as ciências são várias e nem todas as ciências adotam exatamente o mesmo método. Todas elas, em todo o caso, consideram a evidência empírica como o passo fundamental no processo de explanação. Ao estudar filosofia e teologia, eu me dei conta que a biologia tem um papel especial. Enquanto a teoria da evolução é a maior teoria nesta ciência, eu percebi que Charles Darwin necessita uma atenção especial de todos aqueles que estão buscando uma compreensão melhor do mundo e nele, do nosso lugar.

IHU On-Line - Poderia dar-nos mais detalhes sobre a origem do comportamento humano, combinando a teoria da evolução com os fundamentos da moralidade?

Louis Caruana - Como eu disse em minha conferência do IX Simpósio Internacional IHU: Ecos de Darwin, o comportamento humano precisa ser cuidadosa e responsabilmente distinguido do mero movimento do corpo. Parece ser melhor falar de um espec-

“A atitude global da Companhia de Jesus não se caracteriza pelo temor do futuro, mas antes por um otimismo fundado em Deus”

tro de possibilidades. Numa ponta deste espectro há movimentos do corpo que nos são totalmente inadvertidos, por exemplo, nossa digestão. Na outra ponta do espectro há ações plenamente deliberadas, das quais somos plenamente cômicos e pelas quais temos plena responsabilidade, como quando uma pessoa contrai matrimônio. A deliberação moral é plenamente operante nesta segunda dimensão. Precisamos, em todo o caso, lembrar que entre estes dois extremos há vários níveis de ação pelos quais somos apenas parcialmente responsáveis. O que faz que nos movamos de maneira específica é, pois, parcialmente explicável pelas ciências naturais, pela via das teorias da psicologia e pelas teorias da evolução, e parcialmente se explica recorrendo a razões. A organização de razões que guiam a ação, de modo a atingir um bom nível de autoconsciência, é o maior constituinte da teoria moral.

IHU On-Line - Como entender a vontade livre e a teoria da evolução, pensando em termos de ética e alteridade?

Louis Caruana - A liberdade humana é uma característica preocupante para muitos cientistas. Eles pensam que tudo poderia ser explicado ou em termos de leis científicas ou em termos de cego acaso. Muitos outros cientistas, no entanto, estão se dando conta que esta visão é demasiado simplista. Eles aceitam que a vontade livre é uma característica óbvia do ser humano e, em certa medida, também de diversos animais não-humanos. A teoria da evolução não pode ser empregada para explicar a vida como se a liberdade humana não existisse. Precisamos empregar diversas noções emer-

genciais pelas quais propriedades de nível mais alto começam a existir quando o organismo ganha em complexidade. A complexidade do ser humano permite que a liberdade seja possível. Os seres humanos, por desfrutarem de um grau relativamente alto de liberdade, flutuam livremente, se for o caso, com respeito à seleção natural biológica. Isso não significa que eles estão autorizados a fazer o que querem. Significa que as constrictões da vontade livre não provêm de condições materiais, mas de condições racionais. E essas condições racionais estão relacionadas com o fato de os humanos viverem juntos em sociedades. O fato de que um ser humano individual sempre encontra realização em relação com outros é o bloco construtivo fundamental pelo qual a moralidade poderia ser construída.

IHU On-Line - Qual é a importância da transdisciplinaridade para garantir o diálogo entre fé e razão? Ou é inapropriado opor estes campos?

Louis Caruana - Os estudos interdisciplinares são muito importantes para o diálogo entre fé e razão. Porque isso é bastante simples. Realmente não podemos evitar ser interdisciplinares. Querendo ou não, tudo o que aprendemos de diferentes fontes chega ao mesmo ponto, a saber, a nós mesmos. Todos nós carregamos a responsabilidade de trabalhar em direção a uma síntese pessoal que faça sentido. Isso é verdade enquanto se refere ao indivíduo, como também enquanto se refere à humanidade como um todo. Toda vez que houver tensão ou contradição entre uma disciplina ou outra, é nosso dever explorar ulteriormente. Caso contrário, corremos o risco de viver com uma mentalidade desintegrada, que é sinal de uma espécie de esquizofrenia coletiva. Estudos relacionados com a pós-modernidade nos recordam igualmente que essa condição está sempre conosco e que, prontamente, soluções fáceis deveriam ser evitadas. O trabalho interdisciplinar não é fácil, mas é necessário.

IHU On-Line - Quais são os seus tópicos de pesquisa hoje?

Louis Caruana - Meu principal trabalho é explorar aquelas áreas na filo-

¹ Charles Robert Darwin (1809-1882): naturalista britânico, propositos da teoria da seleção natural e da base da teoria da evolução no livro *A Origem das Espécies*. Teve suas principais ideias em uma visita ao arquipélago de Galápagos, quando percebeu que pássaros da mesma espécie possuíam características morfológicas diferentes, o que estava relacionado com o ambiente em que viviam. Em 30-11-2005, a Prof.^a Dr.^a Anna Carolina Krebs Pereira Regner apresentou a obra *Sobre a origem das espécies* através da seleção natural ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida, de Charles Darwin, no evento *Abrindo o Livro*, do Instituto Humanitas Unisinos. A respeito do assunto, ela concedeu entrevista à IHU On-Line 166, de 28-11-2005, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1158348273.52pdf.pdf>. Confira as edições 306, da revista IHU On-Line, de 31-08-2009, intitulada *Ecos de Darwin*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1251806247.8763pdf.pdf> e 300, de 13-07-2009, *Evolução e fé. Ecos de Darwin*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/uploads/edicoes/1247518361.1137pdf.pdf>. De 9 a 12-09-2009 o IHU promoveu o IX Simpósio Internacional IHU: Ecos de Darwin. (Nota da IHU On-Line)

sofia da ciência que não podem ser aplicadas correta e frutiferamente a outras áreas da filosofia, como a filosofia da mente, a filosofia da religião e a ética. A explanação evolucionista é uma área muito significativa em tudo isso, mas muitos pesquisadores parecem esquecer que o trabalho filosófico feito no passado poderia ser muito relevante hoje, principalmente para finalizar uma saudável cosmovisão sintética. Junto com isso, estou agora trabalhando num projeto que conjuga alguns aspectos da visão de Aristóteles² com o pensamento evolucionista.

IHU On-Line - Na Europa atual, quais são os aspectos com os quais se envolve a filosofia? Quais são as grandes questões que continuam sem resposta nesta ciência?

Louis Caruana - A filosofia é uma ciência muito ampla. Do meu ponto de vista, digo que as quatro linhas de fronteira agora mais excitantes são: a questão se uma compreensão naturalista do ser humano poderia ou não incluir a inteligência, a vontade e a liberdade como categorias separadas e não elimináveis; a questão sobre como definir o papel da razão agora que reconhecemos a presente condição pós-moderna da sociedade; a questão do correto procedimento para o diálogo intercultural e inter-religioso; e a questão sobre como combinar democracia com um saudável idealismo, de modo que a genuína busca de valores na sociedade não seja negligenciada, mas apoiada.

IHU On-Line - Qual é seu “background” familiar, e porque você ingressou na Companhia de Jesus?

Louis Caruana - Eu venho de uma família que costumava viajar. Meus pais

nasceram em Malta, trabalharam nos EUA e retornaram a Malta com dois filhos muito jovens, a saber, meu irmão e eu. Cresci em Malta, estudei matemática e física na universidade e fiz um ano de magistério num colégio pré-universitário. Durante esse período, me dei conta, em minhas preces, que a leitura da Bíblia repercutia com algo muito profundo em meu coração. Tomei consciência que Deus me chamava para seguir Jesus de modo muito especial. Após alguma deliberação, ingressei na Companhia de Jesus em 1980 e procurei, desde então, usar todas as habilidades e talentos que o Senhor me deu para o serviço do Reino. Para mim, este chamado tomou principalmente a forma do ensino e da pesquisa, um trabalho que me traz grande consolo, especialmente quando ajudo pessoas jovens a dirigirem seu olhar para o que realmente importa e direcionarem seus corações a fins supremos.

IHU On-Line - Quais são hoje os maiores desafios para a Companhia de Jesus em vista do tipo de sociedade que temos no século XXI, individualista e caracteristicamente secular e religiosa ao mesmo tempo?

Louis Caruana - A Companhia de Jesus reconheceu que o maior trabalho que ela é chamada a realizar na Igreja é engajar-se num genuíno diálogo. Isso assume quatro formas diferentes: o diálogo entre fé e cultura, o diálogo entre religiões, o diálogo para promover justiça e o diálogo que comunica a fé cristã de forma cada vez mais atrativa e significativa. No entanto, a Companhia é formada por pessoas que estão longe da perfeição; e eu penso que nossa atitude global não se caracteriza pelo temor do futuro, mas antes por um otimismo fundado em Deus.

LEIA MAIS...

>> Louis Caruana concedeu outra entrevista à IHU On-Line. Confira.

* *Darwin e os fundamentos da moral*. Publicada na edição 306 da Revista IHU On-Line, de 31-08-2009, disponível para download em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=1775

O PARADOXO DE EUCLIDES DA CUNHA: REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL EM “OS SERTÕES”

IHU IDEIAS DE 22-10-2009, COM PROF. DR. MARÇAL DE MENEZES PAREDES - UFRGS

INFORMAÇÕES EM WWW.IHU.UNISINOS.BR

Livro da Semana

A empresa verde (São Paulo: Bei Editora, 2009).

Empresas verdes são possíveis?

Para Elisabeth Laville, autora do livro *A empresa verde*, sustentabilidade tem a ver com uma mudança radical de muitos mercados. Segundo ela, “empresas que forem incapazes de prever essas tendências talvez sofram muito nos anos vindouros”

POR PATRICIA FACHIN | TRADUÇÃO: LUÍS MARCOS SANDER

A principal característica de uma empresa que se diz comprometida com o meio ambiente é “comprometer-se em tornar ecologicamente sustentáveis 100% de seus produtos num futuro próximo”, enfatiza Elisabeth Laville, professora da École des Hautes Études Commerciales, Paris. Se as empresas não tornam seus produtos ecologicamente sustentáveis, “não causam impactos reais sobre as questões ambientais que estão tentando resolver”. Para ilustrar, ela cita a produção automobilística mundial: “atualmente, apenas 12% do impacto sobre a mudança do clima em nível global causada pela indústria automobilística estão relacionados com as fábricas e 80% estão relacionados com os próprios carros”.

Experiente na questão da responsabilidade socioambiental corporativa, Elisabeth esteve no Brasil lançando o livro *A empresa verde*, reeditado pela terceira vez na França, e concedeu a entrevista, a seguir, à IHU On-Line por e-mail. As empresas devem adotar uma abordagem de “sustentabilidade 2.0”, diz ela, o que significa não só assumir compromissos em relação a seus processos e sistemas internos, adotando uma abordagem de prevenção de riscos, mas ir além e tomar “a iniciativa de mudar seus produtos e serviços a fim de torná-los todos ecologicamente mais responsáveis”. Para isso, reitera, “teremos de nos concentrar em redesenhar os produtos, por exemplo, em fazer o ecodesign no *upstream* a fim de reduzir o impacto dos produtos ao longo de todo o seu ciclo de vida, mas também, em alguns casos, trabalhar na substituição do produto por um serviço que possa ser prestado sem consumir mais recursos naturais e gerar mais lixo”.

Elisabeth Laville é uma das fundadoras da Graines de Changement (www.grainesdechangement.com), que aborda temas como consumo responsável e os impactos da alimentação humana sobre o ambiente. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que a senhora entende por empresa verde? Quais devem ser as características dessa empresa?

Elisabeth Laville - Para mim, empresa verde é uma empresa verdadeiramente ecológica e comprometida em tornar suas atividades compatíveis com a proteção do meio ambiente. Essencialmente, isso significa não só ter atividades corporativas filantrópicas de caráter ecológico (por exemplo,

apoiar financeiramente causas ecológicas através de uma fundação corporativa ou programas de doações específicas), não só tornar suas atividades industriais e sistemas de gestão ecologicamente sustentáveis (por exemplo, comprometer-se com a certificação da ISO 14001 para plantas industriais, e talvez também na cadeia de fornecedores, cumprir a legislação ambiental já existente e a futura, nomear gerentes dedicados a questões ambientais,

redigir políticas corporativas sobre o meio ambiente ou sobre uma cadeia de fornecedores “responsável”, subscrever códigos de conduta corporativos, como, por exemplo, o Pacto Global da ONU, e produzir relatórios ambientais), mas também, e, principalmente, comprometer-se em tornar ecologicamente sustentáveis 100% de seus produtos num futuro próximo. Isto é um fator-chave porque, em muitos mercados, se as empresas não

tornam seus produtos ecologicamente sustentáveis, não causam impactos reais sobre as questões ambientais que estão tentando resolver. Por exemplo: atualmente, apenas 12% do impacto sobre a mudança do clima em nível global causada pela indústria automobilística estão relacionados com as fábricas e 80% estão relacionados com os próprios carros. Portanto, por que esse setor todo se concentrou durante anos na melhoria do desempenho ambiental de suas fábricas e muito poucos fabricantes trabalharam de fato no desenvolvimento de novas tecnologias para tornar os carros menos poluentes, como a Toyota vem fazendo com a tecnologia híbrida? Isto é o que chamo de abordagem de “sustentabilidade 2.0”, pela qual as empresas não só assumem compromissos em relação a seus processos e sistemas internos, adotando uma abordagem de prevenção de riscos, mas vão além disso e tomam a iniciativa de mudar seus produtos e serviços a fim de torná-los todos ecologicamente mais responsáveis. Por exemplo, a Philips anunciou, em 2007, que em 2012 os produtos ecológicos responderiam por 30% de seu faturamento e, desde que assumiu esse compromisso, quase todos os seus novos produtos de fato têm um valor agregado e posicionamento ecológico (lâmpadas de LED para decoração de interiores etc.). Não estamos falando aqui de produtos para “nichos” pequenos, e isto está acontecendo rapidamente em muitos países diferentes.

A Marks & Spencer, com seu Plano A, de cinco anos de duração, lançado em janeiro de 2007, escolheu cinco temas e 100 compromissos com a sustentabilidade do *mainstream* em suas práticas diárias e nos produtos que vende (100% de chá/café/algodão orgânico/de comércio justo em 2012, 100% de ovos de galinhas criadas em liberdade nas embalagens de ovos, mas também em todos os tipos de massas com ovos, 100% de tinturas ecológicas para roupas etc.). E, naturalmente, a Toyota, que desenvolveu a tecnologia híbrida antes de seus concorrentes, de modo que ela agora é proprietária de todas as patentes dessa tecnologia, e que também se comprometeu em de-

envolver o mercado e provar que esse carro ecológico, menor e menos sexy do que qualquer carro tradicional pelo mesmo preço, é, na verdade, mais inteligente, mais sofisticado, mais adaptado ao mundo de amanhã e até mais sexy desde que Leonardo di Caprio está dirigindo um carro desses! Essas empresas estão abrindo o caminho: elas provam que é possível integrar sua estratégia de sustentabilidade e sua estratégia de negócios, acreditam que uma empresa só tem os clientes que merece, que você tem de tornar

“O compartilhamento de carros está se desenvolvendo no mundo todo e tem um impacto muito forte sobre o meio ambiente: em vez de ser dono de um carro, você apenas paga uma assinatura anual de um serviço e só ganha um carro quando precisa dele”

seu mercado disposto ou pronto, em vez de esperar até que ele esteja disposto ou pronto. Elas provam que a sustentabilidade também tem a ver com oportunidades de mercado, e não só com mais regulamentações e barreiras.

IHU On-Line - Quais serão, em sua opinião, os rumos e implicações do desenvolvimento sustentável, partindo do ponto de vista da gestão ambiental?

Elisabeth Laville - No futuro, é claro que teremos de ser muito bons na melhoria do impacto ambiental dos pro-

cessos industriais, mas, antes de mais nada, teremos de nos concentrar em redesenhar os produtos, por exemplo, em fazer o ecodesign no *upstream* a fim de reduzir o impacto dos produtos ao longo de todo o seu ciclo de vida, mas também, em alguns casos, trabalhar na substituição do produto por um serviço que possa ser prestado sem consumir mais recursos naturais e gerar mais lixo. Um bom exemplo disso é o compartilhamento de carros, que está se desenvolvendo no mundo todo e tem um impacto muito forte sobre o meio ambiente: em vez de ser dono de um carro, você apenas paga uma assinatura anual de um serviço e só ganha um carro quando precisa dele, mesmo que seja só por uma hora - e paga de acordo com o tempo que gasta com o carro. Afinal de contas, de acordo com pesquisas de mercado, cada veículo compartilhado tira 20 carros da estrada à medida que os membros vendem suas quotas de uso ou decidem não comprar novas. As pessoas que compartilham carros economizam em média \$ 600 por mês, também afirmam que reduzem o número de quilômetros que rodam em 44%, e levantamentos feitos na Europa mostram que as emissões de CO₂ estão sendo reduzidas em até 50% por usuário. Atualmente a TI é um mercado florescente, e não admira que players importantes, como a Hertz, estão entrando nele agora.

IHU On-Line - Que práticas e hábitos desenvolvidos pelas empresas ainda precisam ser mudados para de fato construir uma sociedade sustentável?

Elisabeth Laville - Acho que as quatro questões e focos mais importantes para as empresas nos próximos meses e anos deveriam ser: 1) como a sustentabilidade está embutida em sua área de pesquisa e desenvolvimento e em sua estratégia de inovações? 2) que mudanças precisam ser feitas em seu modelo de negócios a fim de torná-lo 100% compatível com o desenvolvimento sustentável? 3) o que é longo prazo para nós e quais são os cenários que construímos sobre a forma como a sustentabilidade irá afetar e mudar nosso mercado? e 4) como embutimos a sustentabilidade em

nosso sistema de incentivos/avaliação, bem como em nosso *scorecard* corporativo (se é com isso que têm a ver os negócios, então isso tem de estar embutido nessas ferramentas-chave para orientar uma empresa).

Como se pode depreender de meu exemplo do compartilhamento de carros, a sustentabilidade tem a ver com a mudança radical de muitos mercados, e as empresas que forem incapazes de prever essas tendências talvez sofram muito nos anos vindouros. E há muitas empresas, inclusive empresas grandes, que não tomam tempo para desenvolver uma visão de longo prazo de seus mercados e produtos ou que ainda acham que não importa que sua estratégia de sustentabilidade não esteja relacionada com sua estratégia de negócios, desde que tenham efetivamente uma estratégia de sustentabilidade que possa mostrar a jornalistas, agências classificadoras de sustentabilidade etc. Como você pode imaginar, não acredito que isso ainda seja relevante.

IHU On-Line - As instituições de fato estão preocupadas com a questão ambiental?

Elisabeth Laville - A melhor maneira de mostrar que elas estão verdadeiramente preocupadas seria fazer exatamente o que é necessário que as empresas façam, isto é, integrar a sustentabilidade em seu modelo de negócios (mesmo que não estejam ganhando nenhum dinheiro - estou me referindo a não ter uma estratégia de sustentabilidade à parte de sua estratégia de negócios, "séria"), em seus principais processos de tomada de decisões e na forma como avaliam seu impacto. Até agora elas - ao menos não todas elas - não estão tomando visivelmente esse caminho. Ainda assim, existe uma consciência crescente de que as restrições ambientais serão reforçadas ano após ano no futuro, e isto é um sinal de que as instituições estatais estão avançando rapidamente na direção certa.

IHU On-Line - Em tempo de crise econômica, quais são as possibilidades e os limites de pensar uma economia que leve em conta a sustentabilidade?

Elisabeth Laville - Creio que a crise irá fomentar a sustentabilidade. É interessante que ninguém parece realmente

“Na França, por exemplo, os mercados de ‘produtos responsáveis’ (alimentos orgânicos, provenientes de comércio justo, carros mais ecológicos, painéis solares, detergentes ecológicos etc.) são os únicos que ainda estão crescendo a taxas muito boas”

enfrentar a questão principal da atual recessão, que tem a ver com o fato de o mundo financeiro estar totalmente desconectado da economia real e, por conseguinte, também de regras éticas (daí os empréstimos sem garantia, em que os bancos emprestaram dinheiro para ajudar pessoas pobres a comprar sua casa, desconsiderando o fato de que essas pessoas poderiam acabar ficando numa situação financeira difícil, apenas porque achavam que poderiam ganhar até mais dinheiro tomando as casas e as revendendo!). Mas as tendências no consumo, por exemplo, estão fazendo pressão na direção certa: as pessoas têm menos dinheiro e querem gastá-lo de maneira mais sábia, preferindo, por isso, produtos duráveis ou até consertáveis, tendem a alugar produtos como um serviço em vez de comprá-los (as bicicletas do programa Vélib em toda a Paris podem ser usadas livremente mediante a aquisição de um cartão pelo qual se paga uma assinatura anual), querem comprar diretamente do produtor (especialmente comida; assim, sua comida fica mais barata, mas também local e sazonal, o que também é melhor para o planeta), compram bens de segunda mão (veja a tendência nas

roupas clássicas), que é outra forma de aumentar a vida útil dos produtos etc. E na França, por exemplo, os mercados de “produtos responsáveis” (alimentos orgânicos, provenientes de comércio justo, carros mais ecológicos, painéis solares, detergentes ecológicos etc.) são os únicos que ainda estão crescendo a taxas muito boas. Assim, as empresas, em busca de novas alavancas de crescimento, estão entendendo o recado e se dispondo a mudar sua estratégia.

IHU On-Line - É possível conciliar crescimento econômico e sustentabilidade? Qual é a sua proposta?

Elisabeth Laville - Para mim, é 100% possível reconciliar o crescimento econômico e a sustentabilidade, desde que tiremos proveito do poder das empresas para atacar os difíceis desafios sociais e ambientais de nossa época. Há reais oportunidades de mercado na tentativa de resolver os principais problemas ambientais. Tomemos a construção sustentável como exemplo: a indústria da construção responde por cerca de 40% das emissões de CO₂ no mundo inteiro, da geração global de lixo e do consumo global de recursos naturais. E muito pouco foi feito: agora sabemos que temos de mudar a forma como construímos e operamos os prédios, sejam eles moradias de caráter social, sedes de empresas ou escolas. E há muito dinheiro a ser economizado nesse caminho, muitas inovações a serem desenvolvidas e muitos benefícios humanos também: por exemplo, a maior produtividade humana (porque as pessoas trabalham melhor quando têm iluminação natural e não sofrem da “síndrome do edifício doente” por causa da poluição do ar dentro dele) é, de longe, a principal fonte de benefícios financeiros relacionados aos escritórios ecológicos, respondendo por 70% do total de benefícios (só 11% estão relacionados à economia de energia); e, do lado do emprego, na Alemanha já foram criados 60 mil novos empregos para a gestão alternativa da água em prédios e cidades (coletar água da chuva para dar descarga nos vasos sanitários, irrigar os jardins etc.). É todo um mundo novo de oportunidades.



Por quem os sinos dobram

O MST, a Central do Brasil e o diário baiano *A Tarde*.

O artigo avalia a cobertura, feita pelo jornal *A Tarde*, da ação do MST e da reação da população contra os frequentes atrasos dos trens, ocorridos simultaneamente, em 07 de outubro, tanto em SP quanto RJ.

POR AUGUSTO DE SÁ OLIVEIRA*

Na quarta-feira, 7 de outubro, dois fatos chamaram a atenção da mídia no Brasil, e o matutino baiano *A Tarde* repercutiu, no dia seguinte, estas notícias: atividades do MST em fazenda paulista e os conflitos da população com a administração de 04 estações de trens do subúrbio carioca. O primeiro tema é objeto do editorial do jornal (caderno A-3) com o título: *Práticas de subversão*; de artigo do jornalista baiano Samuel Celestino, com o título: *A invasão e a ordem* (caderno A-13); de artigo da jornalista Dora Kramer, cuja coluna, publicada em outros jornais, é reproduzida aqui, com o título: *Só para civilizados* (caderno B-1); e, na mesma página, o artigo de Clarissa Thomé, da Agência Estado (RJ), com o título: *Passageiros depredam 4 estações de trem no Rio*.

A primeira observação é que apenas o editorial e a coluna de Samuel

Celestino foram produção local, os demais artigos são olhares de fora sobre os episódios em questão. A segunda é que o MST mereceu bem mais atenção do que os problemas de transporte coletivo envolvendo os trens que ligam o subúrbio à Central do Brasil no Rio de Janeiro. A terceira observação é que este último fato é apresentado como consequência de um acontecimento fortuito. O trem que seguia a linha Japeri-Central do Brasil quebrou a “cerca de 100 metros da estação de Nilópolis”. A jornalista informa seus leitores que “segundo a Supervia, concessionária que administra os cinco ramais, o concerto levou 12 minutos”. Mas, este pequeno intervalo de tempo e mais a falta de explicação aos passageiros, por parte dos maquinistas, do que ocorria, fizeram com que eles ficassem “revoltados” e promovessem um “quebra-quebra que se espalhou por quatro estações” (Ni-

* Economista, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA, professor do curso de Comunicação Social e da pós-graduação em Jornalismo Cultural, ambos da Faculdade 2 de Julho (F2J), Salvador-BA, membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS) e membro da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC-Brasil). E-mail: asa-oliveira5@uol.com.br.

Coordenador do Grupo: Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
Editor da Coluna: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

www.grupocepos.net

lópolis, Nova Iguaçu, Deodoro e Mesquita). O Corpo de Bombeiros apagou um princípio de incêndio, o Batalhão de Choque retirou as pessoas que insistiam em permanecer na via férrea e até “o Exército chegou a ser mobilizado para evitar maiores tumultos”. Tirando a transcrição da reclamação de uma passageira, alegando que “a Supervia não dá nenhuma explicação” quanto aos frequentes atrasos, e ao subtítulo que informa sobre o mês de abril, quando “seguranças foram flagrados batendo em passageiros com um chicote, para obrigá-los a entrar nos trens”, tudo sugere tratar-se de um fato isolado e não um processo crônico de abandono, desrespeito e maus-tratos à população do subúrbio carioca. Ninguém é responsabilizado ou criminalizado pela ocorrência e nem se discute qualquer alternativa de solução para o problema. Tudo fica como uma circunstancial e excessiva explosão emocional da população.

O MST não mereceu, neste veículo impresso, por parte dos articulistas e do editorialista, o mesmo distanciamento que os incidentes na Central do Brasil. O editorial qualifica a prática do MST de “subversão”, palavra que foi usada como justificativa para o golpe civil-militar de 1964 e que, posteriormente, alicerçou toda a ação repressiva da ditadura. O editorialista sugere que os “corifeus da reforma agrária”

existem graças aos recursos que recebem do “próprio governo federal (...) para invadir e depredar [e] para desestabilizar a ordem”. O MST, que antecede em muito o governo Lula, é reduzido a uma extensão do atual governo federal, é apenas um “travesso e violento tentáculo de sua cartilha de inclusão social”.

Samuel Celestino, jornalista político conhecido do público baiano pelas suas antigas e arquiconservadoras opiniões, repete a mesma ladainha. Começa alegando que “as cenas [de ‘vandalismo’] chocaram pela destruição”, segue apoiando-se no ministro Gilmar Mendes que considerou a “invasão” uma “afronta à Justiça e à ordem”, acusa o governo de omissão (“faz de conta que não vê”) e de destinar “bilhões [sic] de reais para o MST”. O que ele sugere é que se o governo Lula é moroso em assentar as famílias no campo que, então, os militantes do MST “pressionem o governo, acampem na Praça dos Três Poderes”.

A jornalista Dora Kramer mantém uma coluna em importante diário de circulação nacional, reproduzida por muitos impressos de importância regional, é conhecida do público brasileiro. Kramer escreve sua coluna com o fim explícito de atacar “as quatro autoridades” (o chefe de Gabinete de Segurança Institucional general Jorge Félix, o ministro Tarso Genro, o ministro Guilherme Cassel e o presidente

do Inbra, Rolf Hackbart), as “tantas outras que mantêm o financiamento público do MST”, além daquela “autoridade maior que tudo vê e tudo corrobora”, pelo “benefício das palavras amenas” dispensadas ao MST. A “civilizada” senhora Kramer não fez uso de “palavras amenas” para se referir ao MST e seus militantes. Para o MST coube as já surradas palavras, tais como, “invasão”, “vandalismo” etc. Também não se furtou a mostrar que compreende profundamente o Brasil: de um lado, estão os “cumpridores da lei”, e, do outro, os “bandoleiros” com “licença para barbarizar a tudo e a todos impunemente”. A “civilizada” jornalista se investe da condição de Juíza, julga, criminaliza e pune uma militante do MST ao tratá-la como “meliante”, “bandida” etc.

Editorialistas, jornalistas e os veículos que eles representam, de Norte a Sul do país, podem tolerar que a população desorganizada e revoltada, sem qualquer objetivo político, possa atentar contra a “propriedade privada” através de “quebra-quebra”, incêndio etc. Mas, se um movimento político popular, que visa organizar as massas rurais despossuídas e é declaradamente contra o sistema capitalista, atenta contra a “propriedade privada”, isto deve ser criminalizado e impõe uma violenta ação repressiva ou, no limite, serve de justificativa para um golpe de estado.

REALIZAÇÃO:



CEPOS
grupo de pesquisa

UNISINOS 40 ANOS

2ª Edição do Curso

Mídia, Democracia e Políticas Públicas

De 19 a 23 de outubro, a partir das 19h.

Local: CPERS - Sindicato, em Porto Alegre (Av. Alberto Bins, 480, Centro).

Mais informações em www.grupocepos.net / 3591.1100 Ramal 1356

Aberto ao público e gratuito.

PATROCÍNIO:

FORD FOUNDATION

APOIO:

ABRAÇO

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 13-10-2009 a 17-10-2009.

Honduras: O papel dos EUA é decisivo
Entrevista com Manuel Torres Calderón, jornalista
Confira nas Notícias do Dia de 13-10-2009

Vivendo em Honduras, o jornalista do El Inventario relata a situação atual a partir do conflito que vive o país. Ele também fala sobre a presença de Zelaya na Embaixada brasileira e do papel que Obama pode ter nesse contexto. Calderón acredita que seja provável que, com esta situação colocada pelo golpismo, milhares de hondurenhos migrem para o “norte” do continente.

“O setor da carne está passando por uma transformação muito grande”

Entrevista com Luiz Araújo Costa, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIA-RS)

Confira nas Notícias do Dia de 14-10-2009

“A grande transformação vem da criação de grandes grupos de empresas que estão comprando umas as outras ou então trabalhando no sentido de fusão e, com isso, tem se formado grupos bastante grandes”. Isso é o que vem ocorrendo no setor da carne no RS.

“Os elementos que detonaram a crise econômica estão intactos”

Entrevista com Fernando Mattos, engenheiro químico

Confira nas Notícias do Dia de 15-10-2009

O panorama atual do mercado de trabalho brasileiro é positivo, mesmo que prossigam intactos os elementos que levaram a crise financeira mundial às proporções que chegou. “Podemos perceber que o mercado de trabalho brasileiro está se recuperando depois de um período de retração muito violenta”, disse Fernando Mattos.

“O projeto de Belo Monte deve ser abandonado”

Entrevista com Francisco Hernandez, engenheiro eletricista

Confira nas Notícias do Dia de 16-10-2009

Um painel formado por 40 especialistas lançou um documento analisando o projeto hidrelétrico de Belo Monte. Conforme um dos coordenadores desse painel, Francisco Hernandez, há vários problemas no projeto, alguns na própria metodologia em que foram realizados os estudos de EIA/Rima, subestimando a população atingida e as consequências sobre a biodiversidade da região.

Quando ter uma religião já não é mais obrigatório

Entrevista com Denise dos Santos Rodrigues, comunicadora social

Confira nas Notícias do Dia de 17-10-2009

Com a tese *Os “sem-religião”* e a crise do pertencimento institucional no Brasil: o caso fluminense, Denise dos Santos Rodrigues dissecou um grupo classificado como “sem-religião” e, então, descobriu que, dentro dessa “categoria”, há pessoas com diferentes crenças, fé e representações de Deus, e outras que simplesmente não têm qualquer vínculo com religiões.

Siga o Twitter do IHU
http://twitter.com/_ihu



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

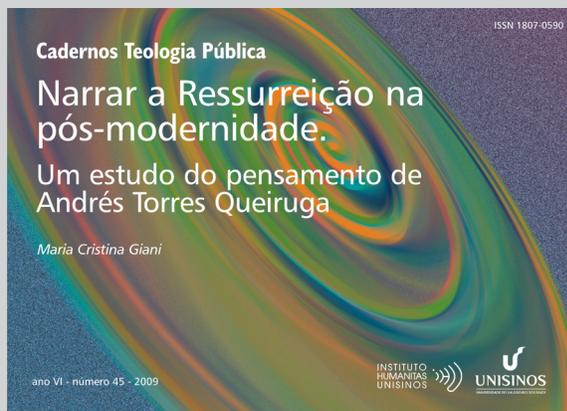
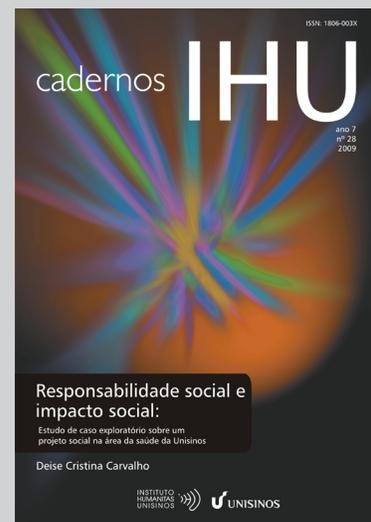
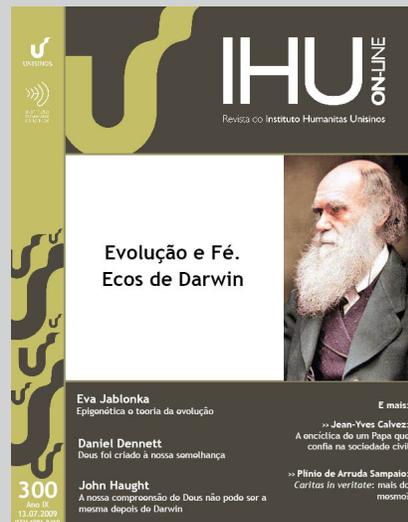
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista



CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Agenda da Semana

Confira os eventos dessa semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU
(www.ihu.unisinos.br).

Dia 20-10-2009
<p style="text-align: right;"><i>IHU Ideias</i></p> <p>Tema: Flores da Cunha e o Rio Grande do Sul (1930-1937): o fim da autonomia sul-rio-grandense Conferencista: Prof. Dr. Mario Maestri - UPF Horário: 17h às 18h30min Sala 1G119 - IHU</p>
Dia 22-10-2009
<p style="text-align: right;"><i>IHU Ideias</i></p> <p>Tema: O paradoxo de Euclides da Cunha: reflexões sobre a identidade nacional em "Os Sertões" Conferencista: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes - UFRGS Horário: 17h às 18h30min Sala 1G119 - IHU</p>
Dia 26-10-2009
<p style="text-align: right;"><i>Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia</i></p> <p>Texto de referência de Octavio A. Camargo Conceição, Cadernos IHU Ideias, nº 78, 2007. (Michael Aglietta: Da teoria da regulação à violência da moeda)</p>

Participe dos eventos do IHU

A programação completa está
disponível no endereço eletrônico

www.ihu.unisinos.br

Perfil

Ana Luisa Janeira

POR GRAZIELA WOLFART | FOTO MOISÉS SBARDELOTTO

Ela vive no campo, em uma fazenda a 100 quilômetros de Lisboa, Portugal. Seu nome é Ana Luisa Janeira, uma filósofa que se considera muito prática, com os pés no chão. “Semear ao vento a alegria de viver e muita energia” é seu lema. “Se bem que, às vezes, sinto que meu corpo está mais fraco que o espírito”, confessa. E a outra marca de sua identidade é uma mala na mão e o pé na estrada. “Não concebo a minha vida sem viagens. Sou profundamente nômade”, admite. Conheça alguns aspectos da trajetória de Ana Luisa Janeira, que é professora na Universidade de Lisboa, Portugal, doutora em Filosofia Contemporânea pela Université de Paris I, e autora de *A Energética no Pensamento de Teilhard de Chardin* (Livraria Cruz-Faculdade de Filosofia, 1978). Janeira esteve na Unisinos no último mês de setembro, participando do IX Simpósio internacional IHU: Ecos de Darwin, onde proferiu a conferência intitulada “A energética teilhardiana: missão evolutiva em terras cristãs”.



Ana Luisa Janeira nasceu no Porto, em Portugal, numa época em que a cidade era muito marcada por tradições de conservadorismo e onde havia uma clivagem muito grande entre a esquerda e a direita. Por parte da mãe, tem uma raiz inglesa. E percebeu, já aos seis ou sete anos, que seu mundo deveria ser maior do que o mundo da sua família e da sua cidade. “Tracei desde cedo um perfil de viajante”, conta.

Optou, então, por estudar Filosofia em Paris. “Eu sempre tive apoio dos meus pais, mas penso que a partir de uma determinada altura eles se arrependeram de ter me dado tanto apoio e eu ter caminhado tão livremente do ponto de vista intelectual”, lembra Janeira.

A filósofa entende que uma marca pessoal sua são as viagens. “Eu não concebo a minha vida sem viagens. Sou profundamente nômade. Preparar uma mala ou andar com uma mala é muito importante para mim, porque é uma forma de sentir que não é preciso muito para ser feliz. Basta ter uma mala. Eu não paro”.

Como valores de vida, Janeira cita que aprendeu com os pais a importância do trabalho, da persistência, e a questão de que ninguém se salva sozinho. Do lado da mãe, identifica ter uma vertente mais estética, embora

o pai fosse arquiteto e a mãe pintora aquarelista. “A curiosidade e a exigência, o rigor, também sempre foram marcas minhas”, se autodefine a filha mais velha entre quatro irmãos.

Ao lembrar da infância, Janeira conta que ela e os irmãos só podiam brincar depois de ter feito os trabalhos em casa. “Havia essa disciplina e isso era importante”.

Janeira foi casada durante vinte anos. Sobre o casamento, ela avalia como uma etapa importante em sua vida. “O divórcio foi muito doloroso, mas eu soube aproveitá-lo, no sentido de que, já que é para viver sozinha, então que seja da melhor forma possível, aproveitando ainda mais para viajar”, explica.

Sonhos e medos

“Já realizei quase todos meus sonhos”, reflete a filósofa portuguesa. Agora, neste momento da sua vida, o importante para ela é saber administrar bem a herança cultural que possui, pensando em como seus colaboradores, as pessoas que trabalham com ela, poderão usufruir, desenvolver e realizar algumas das ideias e projetos que lançou.

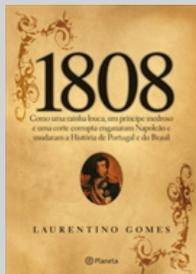
Janeira vive isolada, no campo,

sem medos físicos. Mas gostaria de não trair suas ideias e ser capaz de continuar vivendo segundo princípios e não segundo interesses. “É claro que nós todos temos medos, mas sinto dificuldade em dizer. Só o que eu gostaria é de manter a coerência dos princípios sobre os interesses. E tenho pautado minha vida por isso ultimamente. Evidentemente que ninguém tem as mãos limpas 100%. Kant disse, e muito bem, que só não tem as mãos sujas quem não tem mãos”.

Fé e relação com o transcendente

Nos momentos de oração, Janeira só reza para agradecer. Nunca para pedir. “Acredito em Deus e em uma coisa que muita gente não acredita, que é vida eterna. Não admito morrer, no sentido de desaparecer. É uma questão energética, natural, de transformação. Para mim, há a vida eterna. Por outro lado, sou exigente em relação à questão da Igreja ter arranjado uns mandamentos morais horrorosos, pelos quais ela perdeu - e com razão - muitos dos seus chamados fiéis. Sou crente, não praticante. Faz parte da minha estrutura ser crente. Nunca questioneei muito essas coisas. Sou de fé”, define.

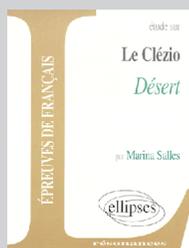
Sala de Leitura



>> GOMES, Laurentino. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* (São Paulo: Planeta do Brasil, 2007)

“Estou ‘tentando’ ler o livro *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, de Laurentino Gomes. Falo que estou tentando porque com o mestrado fica difícil ler alguma coisa que não seja da área. O livro fala da fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. É resultado de uma investigação jornalística, e, por isso, faz um resgate da história da corte lusitana no Brasil de maneira acessível para todos. Estou gostando muito, pois estou tendo uma visão diferente da história brasileira num dos principais momentos dela”.

Luciana Curra, gerente administrativo da Biblioteca da Unisinos



>> LE CLÉZIO, J. M. G. *Désert* (Paris: Ellipses Marketing, 1999).

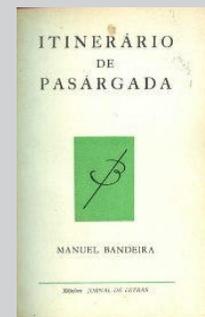
“Minha sugestão de leitura é inspirada pelo ano da França no Brasil. Estou lendo *Deserto*, do francês J.M.G. Le Clézio. Este livro, publicado em 1980, destacou-se em

2008, rendendo ao autor o prêmio Nobel de Literatura. A obra fala da fome e das dificuldades experimentadas pelos povos nômades. Como todos os livros de Le Clézio, traz um pouco da história do menino de 8 anos levado por um caminhão, ao encontro do seu pai, para longe da França durante a guerra. Sua própria história de vida. Faz-nos refletir sobre a miséria daqueles que sofrem a falta do essencial para se viver”.



Luciana Cavalheiro, professora de francês do Unilínguas

>> Bandeira, Manuel. *Itinerário para Pasárgada* (5ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984)

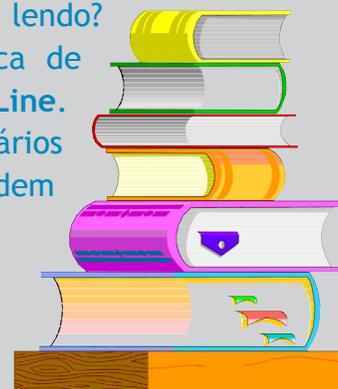


“Terminei de ler poesias de Manuel Bandeira e estou saboreando, agora, os textos em prosa do mestre pernambucano. Bandeira encanta não somente pelo lirismo e convite ao devaneio, mas, sobretudo, pelo efeito da surpresa ao flagrar e narrar o cotidiano. Bandeira é sinônimo de concisão, de precisão, que alcança tanto na poesia como na crônica. Li *Estrela da Manhã* e *Libertinagem*. E, agora, leio *Itinerário para Pasárgada* e *Vozes da Cidade*. No *Itinerário*, Bandeira recupera desde memórias de menino leitor, de jovem encantado com cantadores nordestinos, até os encontros definitivos com Drummond, Mario de Andrade, Sabino, Paulo Mendes Campos e Condé, bem como toda formação através da moderna poesia universal, do Surrealismo ao Modernismo. Já o livro *Vozes da Cidade* reúne coletânea de crônicas nascida de programas de Bandeira para Rádio Roquette-Pinto na década de 1960”.

Sergio Endler, professor na Unidade de Ciências da Comunicação da Unisinos



>> O que você está lendo? Compartilhe uma dica de leitura com a IHU On-Line. Professores e funcionários da universidade podem escrever para mjunges@unisinos.br



IHU Repórter

Cláudio Gutierrez

POR MÁRCIA JUNGES | FOTO ARQUIVO PESSOAL

Uma pessoa que preserva a convivência familiar, que faz de seus fins de semana momentos para despertar a criatividade, que gosta de música, teatro, cinema e pratica musculação quatro vezes por semana e surfe no verão. Além disso, alguém que cultiva sua fé e acredita no potencial da Unisinos como agente fortalecedor da democracia brasileira. Assim é Cláudio Gutierrez, coordenador do bacharelado em Educação Física da Unisinos e coordenador da formação humanística, do núcleo de Humanismo Social Cristão. Conheça mais sobre esse professor tão multifacetado e rico em experiências na entrevista a seguir.



Origens - Nasci em Porto Alegre. Meus pais eram professores, por isso minha vida sempre foi ligada à escola. Como um dos diretores da Escola IPA, meu pai residia conosco dentro do colégio. Assim, eu era um “interno”. Findo esse período, morávamos perto da instituição. Eu passava o tempo todo na escola, estudando no turno normal e depois envolvido nas atividades extracurriculares, como teatro, música, esportes. Na verdade, até hoje eu não saí da escola. Acredito que venha daí a minha inclinação natural para o magistério.

Música - Gostava muito de grupos de esportes, teatro e música. Isso me fez gostar de estar entre jovens, em projetos culturais e esportivos. Na época do Ensino Médio, participei da IX e X Califórnia da Canção Nativa, em Uruguaiana. Entramos no disco e nossa música *Romanceiro da Erva Mate* foi eleita a mais popular. Sempre gostei de tocar violão. Cheguei a fazê-lo em barzinhos. Na época da graduação, fiquei em dúvida entre me dedicar à música ou à carreira acadêmica. Aí achei que não tinha tanto talento assim para a música, e também já estava gostando de estudar e trabalhar com educação.

Família - Meus pais tiveram quatro filhos. Éramos eu, dois irmãos mais velhos e uma irmã mais nova. Todos os domingos, nos reuníamos na casa de meus avós, com tios e primos, e fazíamos a

maior festa. Hoje, meu núcleo familiar também não é pequeno: eu, a Liane Pessin, professora aqui na Unisinos, e três filhas: a Júlia, de 19 anos, a Nicole de 16, e a Carolina, que tem 10 anos. Também tem a Lola, uma cachorrinha maltês. Procuro preservar e curtir os momentos de reunião e convivência familiar. Passamos as férias juntos, gostamos de ir à praia e fazer almoços e jantares com outros amigos e membros de nossas famílias.

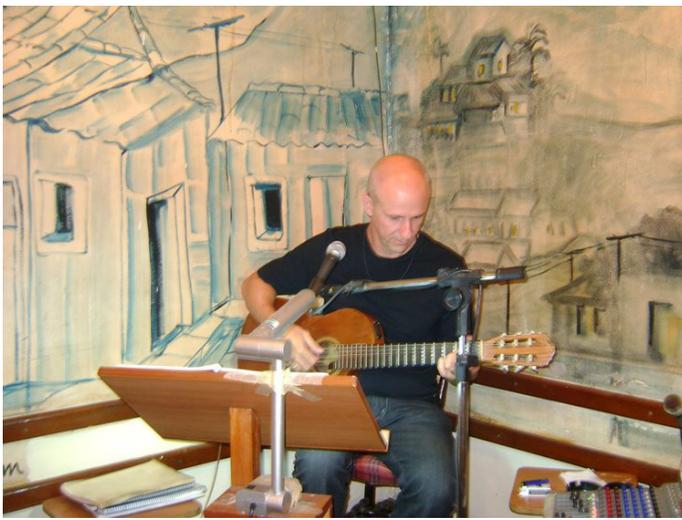
Igreja - Sou metodista, mas tenho ido pouco à minha paróquia. Cultivo uma vida religiosa doméstica, principalmente com minha filha menor, procurando oferecer-lhe uma formação e vivência religiosa em casa. Gosto de frequentar as missas aqui no campus. Sempre que posso participo das celebrações.

Fé - A fé cristã é central na minha vida. Venho de uma família religiosa, tive uma formação forte nesse sentido. Minha primeira experiência como professor foi com a disciplina de religião, no colégio IPA (atual Centro Universitário Metodista IPA). Meu modo de entender o bem e o belo, minhas metáforas, vem do campo semântico do cristianismo.

Educação Física e Humanismo - Sou coordenador do bacharelado em Educação Física da Unisinos e coordenador da formação humanística, do núcleo de Humanismo Social Cristão. Como sou graduado em Educação Física, o cargo

que ocupo nesse curso foi uma consequência da minha trajetória de professor de Educação Física. Em função da minha experiência nessa área, ajudei a montar o curso na Universidade. O fato de liderar a formação humanística remonta aos tempos em que era vice-diretor do antigo Centro 2. Mais ou menos quando nosso atual reitor, Padre Marcelo Aquino, chegou à Unisinos, foi criado o Núcleo de Humanismo Social Cristão, com um representante de cada centro. Como vice-diretor, eu deveria indicar alguém para ocupar esse cargo. Não resisti e me ofereci como representante. Eu sentia que ali haveria uma grande experiência pela frente. Percorremos toda a Universidade, implantando a Formação Humanística de Orientação Cristã e, paralelamente, fazendo a elaboração institucional da extinção do antigo Básico. Foi um trabalho duro, mas muito gratificante o que realizamos, sob a coordenação prudente do Pe Marcelo e do professor Laurício Neumann. Em janeiro deste ano, a professora Paula Callefi convidou-me para rever, repensar e reformular a formação humanística na Unisinos. Considerei um grande desafio fazê-lo, e uma honra dentro de uma universidade jesuíta. É uma oportunidade de trabalhar sobre temas de grande importância, como a questão da sustentabilidade e a educação das relações étnico-raciais.

Estamos, no momento, junto com os colegas Laércio Pilz e Walmir Pereira, fazendo uma aproximação muito



interessante da formação humanística com cada uma das seis áreas da Universidade. Tentamos fortalecer o diálogo entre os eixos de ética, fundamentos antropológicos e realidade latino-americana com os objetos de estudo de cada área. O objetivo final é que nossos alunos percebam o sentido e a pertinência dessas disciplinas junto aos seus cursos, como elemento diferencial que qualifica sua formação. Estamos trabalhando, também, para fortalecer o colegiado de professores da área humanística, construindo um lugar de trabalho profícuo.

Cinema, teatro e livros - Preservo os finais de semana para confraternizar com a minha família, para ampliar o leque de leituras, ir ao teatro e ao cinema. Sou sócio do Theatro São Pedro, e gosto de acompanhar as estreias. A última peça que assisti chama-se *A cabra, ou quem é Silvia?* com José Wilker. Mas o que mais gostei ultimamente foram das incursões do teatro gaúcho na tragédia grega. No cinema, assisti, e recomendo, *A onda*. Acabo de ler *A propósito de Lênin*, de Szlávoj Zizek. Gosto também de poesia. O tipo de sociedade que vivemos nos exige um grande grau de especialização. Por isso, penso que os finais de semana e o tempo livre devem ser aproveitados para o desenvolvimento humano, explorando coisas diferentes, expandindo a vida por meio da poesia, da literatura, da música; ir ao teatro, cinema; ler textos para além dos limites do trabalho.

Esportes - Prático musculação de três a quatro vezes por semana. Se eu ficar uma semana sem malhar, me sinto mal. No verão troco a musculação pelo surf, em Garopaba.

Formação acadêmica - Sou graduado em Educação Física no IPA, mestre em Educação pela Unisinos e doutor em Ócio e Potencial Humano pela Universidade de Deusto, que fica em Bilbao, na Espanha. É uma universidade jesuíta localizada em frente ao museu Guggenheim. Ali passei dois belos anos e, ao mesmo tempo, duros. Bilbao é pequena, bela e acolhedora; a universidade é centenária e tradicional. A tese foi aprovada *cum laude*, mas eu sei o desafio e tanto que foi fazer uma tese, lá, e em outro idioma. Lembro desse período como um tempo de muito estudo e esforço. Sou muito grato à pequena comunidade da Unisinos que estava em Bilbao durante meu curso. Principalmente à Rosana Castro, Márcia Viana e seu marido Blasco, que buscavam a Carolina no colégio e cuidavam dela nos tantos dias em que tínhamos atividades na universidade até tarde.

Metodistas e jesuítas - Fui muito bem recebido na Unisinos, desde que cheguei, em 1994. O diálogo inter-religioso é algo que efetivamente se desenvolve aqui. A identidade cristã nos diz algo nesse sentido. Há uma grande contribuição do cristianismo para a civilização no rompimento de barreiras e na aproximação de diferentes grupos, na linha do que pregava Paulo de Tarso. O cristianismo foi, em nossa cultura ocidental, um grande instrumento na construção de pontes. O Papa, como sumo pontífice, é um construtor de pontes, vide a etimologia da palavra *pontifex*. A Unisinos cultiva essa construção de pontes.

Isso pode ser visto no grupo de diálogo inter-religioso que temos.

Política brasileira - O Brasil avançou muito com o governo Lula em termos sociais. Nosso desafio, contudo, é cultivarmos e fortalecermos a cultura democrática, o que não se faz apenas elegendo um presidente operário. Isso se realiza no dia-a-dia, nos espaços de convivência, nas mais variadas instâncias, na escola, no relacionamento interpessoal nas instituições, como na universidade, por exemplo.

Unisinos - Penso que o discurso de sermos uma universidade pública não estatal é extremamente desafiador para todos nós como instituição, e como brasileiros. Nosso país tem uma cultura autoritária muito forte. Para nós, espaço público se confunde com aparelho do Estado. Um é, praticamente, sinônimo do outro. Precisamos ter um estado forte, mas a esfera pública não pode ser sinônima de Instituições Estatais. Precisamos fortalecer a sociedade civil. Por ser uma universidade confessional, cristã, jesuíta, comunitária, a Unisinos pode dar uma contribuição nesse sentido, ajudando no desenvolvimento republicano do Brasil. Isso inaugura um novo jeito de olhar a esfera pública e, ao mesmo tempo, impõe à Unisinos um compromisso com a coisa pública, em se pensar a si própria não apenas como instituição privada, mas também como instituição que tem um compromisso público com o fortalecimento da cultura democrática. Esse é um desafio extremamente interessante que a Unisinos tem pela frente e que pode colaborar com o desenvolvimento republicano e democrático do Brasil. Nesse sentido, o tema da cidadania, com o qual trabalhei no doutorado, é muito interessante. Pois o cidadão é diariamente desafiado a não dicotomizar, mas a articular e integrar racionalidade econômica e projeto político de vida feliz.

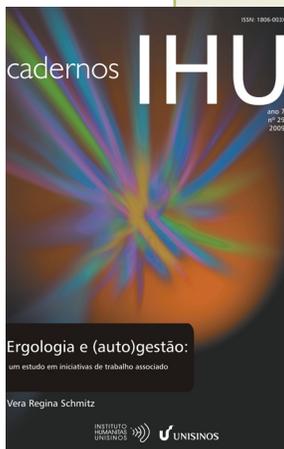
Destaques

Siga o Twitter do IHU

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU também está no microblog Twitter. Para acompanhar as atividades do IHU em mais este canal de comunicação, é só buscar e segui-lo. O endereço é http://twitter.com/_ihu.



IHU Contracapa

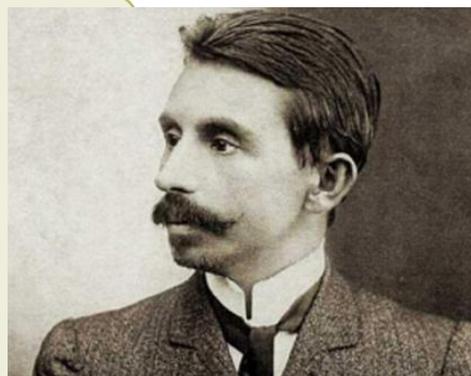


Ergologia, (auto)gestão e trabalho associado

Acaba de ser lançado o **Cadernos IHU** número 29, cujo tema é *Ergologia e (auto)gestão: um estudo em iniciativas de trabalho associado*, de autoria da Profa. Dra. Vera Regina Schmitz. Este artigo é parte da sua tese de doutorado. A autora trabalha no IHU e coordena o Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários Tecnossociais (Incubadora de Empreendimentos Solidários). A versão eletrônica estará disponível no sítio do IHU a partir do dia 29/10/2009. A edição impressa da publicação pode ser adquirida na Livraria Cultural e/ou pelo endereço livrariaculturalsle@terra.com.br

Flores da Cunha e Euclides da Cunha em debate

Na programação de eventos do IHU nesta semana, acontece a palestra com o Prof. Dr. Mario Maestri, da UPF, no próximo dia 20/10/2009, a partir do tema *Flores da Cunha e o Rio Grande do Sul (1930-1937): o fim da autonomia sul-rio-grandense*. Já no dia 22/10/2009 o Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes, da UFRGS, falará sobre *O paradoxo de Euclides da Cunha: reflexões sobre a identidade nacional em "Os Sertões"*. Para saber mais sobre os eventos do IHU e como participar acesse o sítio www.ihu.unisinos.br



Apoio:

